

Diário Oficial



Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Ano CIII • Nº 05

Edição eletrônica

Recife, quinta-feira, 08 de Janeiro de 2026

Lei estadual proíbe consumação mínima

*Código aprovado na Alepe veda
prática em bares e restaurantes*

ISABELA SENRA

Em Pernambuco, ninguém pode ser obrigado a pagar consumoção mínima – ou seja, ser cobrado por um valor fixo que o bar ou restaurante estipula que deve ser gasto ou, caso contrário, não será restituído. A prática é proibida desde 2005 pelo Código Estadual de Defesa do Consumidor.

A norma vale também para casas noturnas, entre outros estabelecimentos que servem alimentos e bebidas. Quem descumprir fica sujeito a multa, que pode variar de R\$ 600 a até R\$ 50 mil.

O consumidor que receber esse tipo de cobrança deve conversar com a administração do local e informar que a prática é abusiva. É o que orienta o gerente jurídico do Procon-PE, Antônio Carlos Cavalcanti.

“Caso o gerente insista no pagamento, o consumidor deverá solicitar a nota fiscal discriminando todos os itens que foram consumidos. Posteriormente, ele poderá procurar o Procon da cidade ou do estado para apresentar uma reclamação contra aquele estabelecimento, solicitando o resarcimento do valor em dobro”, explica.

A norma que proíbe a cobrança partiu de um projeto do deputado Izaías Régis (PSDB), que considerou a cobrança “uma imposição ilegal e imoral”, que “acaba por tornar-se um estímulo ao consumo do álcool pela juventude”. “Se vou a algum lugar, devo ter a liberdade de entrar e comer ou beber se quiser”, aleiou na justificativa.

INFRAÇÃO

Apesar da lei, alguns locais insistem na cobrança. No litoral de Pernambuco, restaurantes e barracas de praia cobram pelo aluguel de cadeiras e guar-

da-sóis, o que é permitido. Porém, muitas vezes, condicionam o uso desse material a um gasto mínimo com consumo ou à compra de produtos específicos, e isso é proibido.

“Essa prática é considerada abusiva, como uma venda casada. Nenhum baraqueiro pode oferecer esse tipo de serviço para o consumidor. Também não pode condicionar a permanência no estabelecimento à compra de determinados peixes, cobrando, consequentemente, um

valor mínimo”, observa Cavalcanti.

Frequentadora da praia de Boa Viagem, na zona sul do Recife, Raiane Gomes diz que a situação nunca ocorreu com ela no local. “Mas em outras praias que já visitamos, sim”, conta. “Do ponto de vista do cliente, é bem chato, porque você vai ter que consumir aquele valor. Mas para o vendedor também é ruim ter todas as mesas e cadeiras ocupadas e ninguém consumir.”

Já Daiane Helena reve-

la ter sido alvo da cobrança indevida em algumas ocasiões. Ela acredita que a norma que veda a prática pode coibir abusos. “Acho a lei importante porque tem gente que quer explorar os consumidores, cobrar um preço absurdo. Tudo bem cobrar uma taxinha, mas um valor alto já é demais”, pondera.

Para saber como fazer a denúncia em caso de cobrança indevida de um valor mínimo de consumoção, acesse o site procon. pe.gov.br.



AUTOR – Para o deputado Izaías Régis, cobrança era “imposição ilegal e imoral”



EQUILÍBRIO – Raiane Gomes aponta avanço na norma, mas faz ressalva

A seção de notícias do Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo é produzida pela **Superintendência de Comunicação Social**.

EXPONENTE: Superintendente: Arthur Cunha; **Chefe do Departamento de Jornalismo:** Júlia Guimarães; **Gerente de Imprensa e Site:** André Zahar; **Pauta:** Tatiane Cybelle Góes; **Edição do site:** Haymone Neto, Helena Alencar; **Edição do DO:** Carlos Sinésio; **Reportagem:** Amanda Arruda, Amanda Seabra, Cecília Nascimento, Edson Alves Jr., Eliza Kobayashi, Isabela Senra, Isabelle Costa Lima, Júlia Nazário, Ruane Barbosa, Thiago Cavalcanti; **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Repórteres Fotográficos:** Anju Monteiro, Evane Manço, Gabriel Costa, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Manu Vitória, Nando Chiappetta, Roberta Guimarães; **Fotógrafo Arquivista:** Gabriel Laprovitera; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** João Pinheiro; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. **Fone:** 3183-2126 PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br



assembleiaape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR

Atos**ATO N° 809/2026**

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000881/2025 e 139/2026, do Gabinete do Deputado Sileno Guedes.

RESOLVE: exonerar PAULO CÉSAR DE MOURA SILVA do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, nomeando para o referido cargo, JOSÉ MANOEL BEZERRA NETO, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 40,0%, a partir do dia 01 de janeiro de 2026, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 05 de Janeiro de 2026.

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

ATO N° 831/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000015/2026 e 138/2026, do Gabinete do Deputado Sileno Guedes,

RESOLVE: exonerar LUCIVANIA FERNANDES BELCHIOR do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL ADJUNTO - PL-ASCA daquele Gabinete Parlamentar, nomeando para o referido cargo, MARCÍLIO RÉGIO SILVEIRA DA COSTA FILHO, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 50,0%, a partir da dia 01 de Janeiro de 2026, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 06 de Janeiro de 2026.

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

ATO N° 832/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 33, c/c § 2º do art. 34, c/c art. 37, todos do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 003/2026, do Deputado Jeferson Timóteo.

RESOLVE: Considerar licenciado em caráter cultural o Deputado Jeferson Timóteo, no período de 24 a 30 de janeiro de 2026.

Sala Torres Galvão, em 07 de janeiro de 2026.

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO N° 833/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000003/2026, do Gabinete do Deputado Pastor Junior Tercio,

RESOLVE: nomear THIAGO TENORIO MAGALHAES, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 01 de Janeiro de 2026, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 53,2%, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 07 de Janeiro de 2026

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO N° 834/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000013/2026, do Gabinete do Deputado Pastor Junior Tercio,

RESOLVE: tornar sem efeito o ato nº 813/2026, referente a nomeação de WENIA DE PAULA CARNEIRO DA SILVA ao cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações

que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 07 de Janeiro de 2026

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO N° 835/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000016/2026, do Gabinete do Deputado João de Nadegi, Vice-Líder da BANCADA DA FEDERAÇÃO PT/PV/PC DO B,

RESOLVE: exonerar ALDERSON FRANKLIN DE MELO do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL DE LIDERANÇA - PL-ASEL daquela Vice-liderança, nomeando para o referido cargo, ANA PAULA DA SILVA, a partir do dia 01 de Janeiro de 2026, nos termos da Lei nº 18.149 de 25 de abril de 2023.

Sala Torres Galvão, 07 de Janeiro de 2026

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO N° 836/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000017/2026, do Gabinete do Deputado João de Nadegi,

RESOLVE: exonerar SIBELLE PEREIRA DE COIMBRA do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, nomeando para o referido cargo, MARIA DO SOCORRO NEVES DE AZEVEDO JATOBÁ, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 50,0%, a partir do dia 01 de Janeiro de 2026, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 07 de Janeiro de 2026

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO N° 837/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000020/2026, do Gabinete do Deputado Junior Matuto,

RESOLVE: exonerar WILLIAN DE SOUZA ALVES do cargo em comissão COORDENADOR DE EXPEDIENTE - PL-COE daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 01 de Janeiro de 2026, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 07 de Janeiro de 2026

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO N° 838/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000021/2026, do Gabinete do Deputado Junior Matuto,

RESOLVE: nomear EDSON GONCALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR DE EXPEDIENTE - PL-COE daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 01 de Janeiro de 2026 nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 07 de Janeiro de 2026

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO N°. 839/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido Alepe Trâmite nº 000085/2026, do Presidente da Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência e Atipicidades, Deputado Gilmar Júnior,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**MESA DIRETORA**

Presidente, Deputado Álvaro Porto
1º Vice-Presidente, Deputado Rodrigo Farias
2º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor
1º Secretário, Deputado Francismar Pontes
2º Secretário, Deputado Claudiano Martins Filho
3º Secretário, Deputado Romero Sales Filho
4º Secretário, Deputado Izaías Régis
1º Suplente, Deputado Doriel Barros
2º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho
3º Suplente, Deputado Romero Albuquerque
4º Suplente, Deputado Fabrizio Ferraz
5º Suplente, Deputado William Brígido
6º Suplente, Deputado Joaozinho Tenório
7º Suplente, Deputada Socorro Pimentel

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Superintendente-Geral - Aldemar Silva dos Santos
Procurador-Geral - Hélio Lúcio Dantas Da Silva
Secretário-Geral da Mesa Diretora - Mauricio Moura Maranhão da Fonte
Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva
Ouvendor-Geral - Deputado Pastor Cleiton Collins
Ouvendor-Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno
Superintendente Administrativo - Roberto Vanderlei de Andrade
Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo
Superintendente de Planejamento e Gestão - Edécio Rodrigues de Lima
Coordenador-chefe Militar e de Segurança Legislativa - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo
Superintendente de Gestão de Pessoas - Bruno da Silva Araujo Pereira
Superintendente de Comunicação Social - Arthur Henrique Borba da Cunha
Superintendente de Tecnologia da Informação - Braulio Jose de Lira Clemente Torres
Chefe do Cerimonial - Franklin Bezerra Santos
Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Wildy Ferreira Xavier
Superintendente da Escola do Legislativo - Alberes Haniery Patrício Lopes
Superintendente Parlamentar - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior
Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Jose Airton Paes dos Santos
Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa - Ariosto Esteves

**COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA:**

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
(Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)

Secretário-Geral da Mesa Diretora
Mauricio Moura Maranhão da Fonte

Chefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
Fábio Vinícius Ferreira Moreira

Assistentes técnicos
Alécio Nicolak e Anderson Galvão



RESOLVE: nomear MARIA DA GLORIA RIBEIRO NEVES, do cargo em comissão de Assessor Especial de Comissão Permanente, símbolo PL-AECP, a partir do dia 01 de janeiro de 2026, nos termos da Lei nº 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 07 de janeiro de 2026.

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO Nº 840/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000022/2026, do Gabinete do Deputado Gilmar Junior,

RESOLVE: nomear SOLEANE CARINE DA SILVA DINIZ NASCIMENTO, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 01 de Janeiro de 2026, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 21.3%, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 07 de Janeiro de 2026

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO Nº. 841/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite 169/2026, do Presidente, Deputado Álvaro Porto,

RESOLVE: exonerar JOSE ANDERSON DA SILVA, do cargo em comissão de Assessor Consultivo em Previdência, Símbolo PL-CPD2, da Estrutura da Auditoria, nomeando para o referido cargo, DANIELE GUEDES MOURA, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17 e, 18.355 do dia 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 07 de janeiro de 2026.

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO Nº. 842/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite 172/2026, do Presidente, Deputado Álvaro Porto,

RESOLVE: exonerar JOÃO BERCHMANS BORGES BARROS JÚNIOR do cargo em comissão de Assistente Técnico de Preservação, símbolo PL-ATE-1, da Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17 e, 18.355 do dia 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 07 de janeiro de 2026.

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO Nº. 843/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite 170/2026, do Presidente, Deputado Álvaro Porto,

RESOLVE: nomear JOÃO BERCHMANS BORGES BARROS JÚNIOR para o cargo em comissão de Assessor Consultivo, Símbolo PL-CDP-2, da Estrutura da Diretoria de Autogestão em Saúde, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17, 18.355/23 e 19.163, de 05 de janeiro de 2026.

Sala Torres Galvão, 07 de janeiro de 2026.

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO Nº. 844/2026

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 c/c Art. 66 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite 170/2026, do Presidente, Deputado Álvaro Porto,

RESOLVE: nomear JOSÉ ANDERSON DA SILVA para o cargo em comissão de Diretor Adjunto, Símbolo PL-SSC-1, da Estrutura da Diretoria de Autogestão em Saúde, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17, 18.355/23 e 19.163, de 05 de janeiro de 2026.

Sala Torres Galvão, 07 de janeiro de 2026.

Deputado Rodrigo Farias
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Ofício

Ofício Expedido Interno GAB/JT Nº 003/2026

Recife, 06 de janeiro de 2026.

Exmo. Sr.
Deputado Rodrigo Novaes
1º Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Assembleia Legislativa de Pernambuco

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho através do presente, solicitar de V.Exa. licença para participação em missão diplomática de natureza técnica, conforme inciso I, do art. 33, do Regimento Interno, no período de 24/01/2026 a 30/01/2026 para a Argentina, a fim de realizar intercâmbio na Legislature of the Province of Buenos Aires, órgão legislativo, sediado em La Plata, Argentina, para aperfeiçoamento das propostas legislativas deste mandato parlamentar.

Sem mais para o momento, agradecemos desde já e me coloco à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos ou informações adicionais que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Jeferson Timóteo
Deputado Estadual

Portarias

PORTARIA Nº 484/2026

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº. 348/2018, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o Alepe Trâmite nº 15333/2025, e o Parecer da Procuradoria Geral nº 1042/2025.

RESOLVE: tornar sem efeito a Portaria nº 548/2024, publicada no Diário Oficial em 28.12.2024, e republicadas em 09.01.2025, 18.01.2025 e 21.01.2025, respectivamente, no que se refere o servidor VICTOR LUIZ DE FREITAS SOUZA BARRETO, matrícula nº 583.

Sala Austro Costa, 07 de janeiro de 2026.

ALDEMAR SANTOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 485/2026

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº. 348/2018, do Primeiro Secretário e tendo em vista o Alepe Trâmite nº 15333/2025, e o Parecer da Procuradoria Geral nº 1042/2025.

RESOLVE: conceder ao servidor VICTOR LUIZ DE FREITAS SOUZA BARRETO, matrícula nº 583, o 1º (primeiro) decênio de licença-prêmio de 06 (seis) meses, completado em 07/04/2021, para gozo oportuno, conforme Leis nºs. 18.758/2024, 17.540/2021 e o Art. 113 da Lei nº. 6.123/68.

Sala Austro Costa, 07 de janeiro de 2026.

ALDEMAR SANTOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 486/2026

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 98/2026, da Secretaria Geral da Mesa Diretora,

RESOLVE: designar a servidora ROBERTA SANTANA DO AMARAL, matrícula nº 318, Técnico Legislativo, especialidade: Processo Legislativo, para responder pela função gratificada de Gerente de Assistência ao Plenário e às Comissões, durante o período de gozo das férias da titular, MARIA EUNICE GOMES ARAUJO COSTA, mat. 255, no período de 05 a 19 de janeiro de 2026, referente a 2ª fração do exercício de 2025.

Sala Austro Costa, 07 de janeiro de 2026.

ALDEMAR SANTOS
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 487/2026

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 010985/2025, da Ouvidoria,

RESOLVE: designar o servidor ANDRE FELIPE ALVES PEIXOTO, matrícula nº 42510, para responder pela função gratificada de Gerente de Transparência, da estrutura da Ouvidoria, durante o gozo das férias da titular, LENATA PIMENTEL DE QUEIROZ, matrícula nº 64118, no período de 1º de fevereiro 2026 a 02 de março de 2026, referente ao exercício de 2025.

Sala Austro Costa, 07 de janeiro de 2026.

ALDEMAR SANTOS
Superintendente Geral

Relatórios Anuais - 2025 das Comissões Permanentes

RELATÓRIOS ANUAIS - 2025 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA - PRESIDENTE
DEPUTADO EDSON VIEIRA - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:

DEPUTADO ANTONIO MORAES
DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO JOÃO PAULO
DEPUTADO MÁRIO RICARDO
DEPUTADO SILENO GUEDES
DEPUTADO WALDEMAR BORGES
DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO

SUPLENTES:

DEPUTADO CAYO ALBINO
DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO
DEPUTADO FABRIZIO FERRAZ
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO
DEPUTADO JOAQUIM LIRA
DEPUTADO JUNIOR MATUTO
DEPUTADO RENATO ANTUNES
DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE

1. QUANTITATIVO ANUAL DE 2025

ANO	PROJETOS DISTRIBUÍDOS	PROJETOS VOTADOS	PROJETOS APROVADOS	PROJETOS REJEITADOS	REUNIÕES REALIZADAS	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
2025	1274	898	747	151	33	4

2. PROJETOS POR AUTOR NO ANO DE 2025

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS DISTRIBUÍDOS POR AUTOR (DURANTE O ANO DE 2025)	
DEPUTADOS	1.194
PODER EXECUTIVO	55
TJPE	14
TCE	5
MINISTÉRIO PÚBLICO	3
DEFENSORIA PÚBLICA	3
Total	1274

3. PROJETOS VOTADOS NO ANO DE 2025, REFERENTES AOS ANOS DE 2024, 2023 e PROJETOS DESARQUIVADOS

ANO -2024	ANO - 2023	PROJETOS DESARQUIVADOS
219	191	23

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NO ANO DE 2025

1. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

I. Tema: Discussão dos Projetos de Lei nº 57/2023, 73/2023, 215/2023, 438/2023, 454/2023, 1335/2023, 789/2023, 911/2023, 1237/2023, de autoria dos Deputados Romero Sales Filho, Delegada Gleide Ângelo, William Brígido, Antônio Coelho, Henrique Queiroz Filho, Socorro Pimentel, Socorro Pimentel, Luciano Duque, Sileno Guedes, Joaquim Lira, João Paulo Costa, Romero Albuquerque.

➢ Relacionados a Shopping Centers, Hipermercados, Supermercados e Mercados. Audiência Pública Conjunta da CCLJ e CDET

Data: 08.04. 2025

II. Tema 1: Discussão dos Projetos de Lei nº 313/23, 345/23, 664/23, 640/23, 897/23, 898/23, 1068/23 e 2414/24 de autoria dos Deputados Abímael Santos, Jeferson Timóteo, Doriel Barros, Romero Albuquerque, Gustavo Gouveia, Eriberto Filho e Waldemar Borges.

➢ Impacto na arrecadação da Secretaria da Fazenda, impactos na redução e/ou isenção de IPVA e de modificação de alíquotas do ICMS.

Tema 2: Apuração de Possíveis Descontos Indevidos nas Folhas de Pagamento dos Aposentados e Pensionistas do Estado.

Data 05.05.2025

III. Tema: Discutir os Projetos de Lei nº 1319/23, 2508/25, 2510/25, 2514/25 e 2539/25, de autoria dos Deputados William Brígido, Coronel Alberto Feitosa, Joel da Harpa e Káio Manicoba.

➢ Dispõem sobre medidas de segurança de combate à violência em eventos esportivos no âmbito do Estado de Pernambuco.

Audiência Pública Conjunta da CCLJ e CSPDS

Data 27.05.2025

IV. Tema: Renovação do Contrato da Neoenergia Pernambuco e a Ampliação dos Investimentos em Pernambuco.

Data: 21.10.25

PROJETOS RELEVANTES NO ANO DE 2025

1. PROJETOS DO GOVERNO DO ESTADO

1. Projeto de Lei Ordinária nº 2634/2025 - Governadora do Estado

Ementa: Autoriza a concessão de subvenção social em favor da Associação Casa do Estudante de Pernambuco

2. Projeto de Lei Complementar nº 2831/2025 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 9.807, de 24 de janeiro de 1986, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial civil, e a Lei nº 13.487, de 1º de julho de 2008, que cria as gratificações que indica, no âmbito da Secretaria de Defesa Social).

3. Projeto de Lei Complementar nº 2968/2025 - Governadora do Estado

Ementa: Promove o reajuste do valor do piso salarial do professor da rede pública estadual de ensino, define o início do processo anual da avaliação do desempenho e altera a legislação que indica.

4. Projeto de Lei Ordinária nº 3088/2025 - Governadora do Estado

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União.

5. Projeto de Lei Ordinária nº 3089/2025 - Governadora do Estado

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a renovar, com encargos, a cessão do direito de uso à Empresa Pernambucana de Comunicação S/A - EPC e à Associação da Imprensa de Pernambuco - AIP do imóvel que indica.

6. Projeto de Lei Ordinária nº 3390/2025 - Governadora do Estado

Ementa: Autoriza o Instituto de Atenção à Saúde e Bem-Estar dos Servidores do Estado de Pernambuco - IASSEPE a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica.

7. Projeto de Lei Ordinária nº 3435/2025 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 18.202, de 12 de junho de 2023, que institui o Estatuto da Igualdade Racial do Estado de Pernambuco.

8. Projeto de Lei Ordinária nº 3459/2025 - Governadora do Estado

Ementa: Autoriza a adesão do Estado de Pernambuco ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados - PROPAG, instituído pela Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e a celebrar contratos e termos aditivos de contratos de refinanciamento de dívidas com a União no âmbito do Propag.

9. Projeto de Lei Ordinária nº 3545/2025 - Governadora do Estado

Ementa: Institui o Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - FESSAN.

10. Projeto de Lei Ordinária nº 3674/2025 - Governadora do Estado

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União.

11. Projeto de Lei Ordinária nº 3677/2025 - Governadora do Estado

Ementa: Altera a Lei nº 17.518, de 6 de dezembro de 2021, que institui o Fundo Estadual da Advocacia Dativa - FEAD e dispõe sobre o credenciamento e pagamento administrativo dos serviços prestados pelos advogados dativos designados para atuarem perante a Justiça Estadual, em defesa das partes que façam jus ao benefício da gratuidade da justiça.

2. PROJETOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

1. Projeto de Lei Ordinária nº 3365/2025 - Tribunal de Justiça de Pernambuco

Ementa: Altera a Lei nº 12.341, de 27 de janeiro de 2003, que altera o art. 75, § 1º, alínea "c", inciso XII, e acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 76, da Lei nº 6.783, de 16 de outubro de 1974, e dá outras providências, com o intuito de modificar o quantitativo dos policiais militares e civis e dos bombeiros militares da Estrutura Orgânica da Assistência Policial Militar e Civil do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

3. PROJETOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DE PERNAMBUCO

1. Projeto de Lei Ordinária nº 3413/2025 - Defensoria Pública

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 20, de 9 de junho de 1998, que institui e organiza a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, por transformação da Assistência Judiciária do Estado, cria a carreira e cargos de Defensor Público, e dá outras providências e a Lei Complementar nº 531, de 9 de janeiro de 2017, que cria o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado, e dá outras providências, para aprimorar a eficiência administrativa e fortalecer a capacidade de atuação da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

4. PROJETOS DOS DEPUTADOS

1. Projeto de Lei Ordinária nº Projeto de Lei Ordinária nº 213/2023 - Deputado João Paulo Costa

Ementa: Altera a Lei nº 14.452, de 25 de outubro de 2011, que institui a entrada gratuita para os menores de (7) sete anos de idade nos eventos esportivos organizados por entidades públicas ou privadas, com patrocínio, incentivo ou fomento pelo poder público no Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Daniel Coelho, a fim de aperfeiçoar dispositivos desta Lei.

2. Projeto de Lei Ordinária nº 639/2023 - Deputado Romero Albuquerque

Ementa: Determina a isenção do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) de absorventes íntimos, coletores e discos menstruais no estado de Pernambuco.

Tramitação Conjunta com os Projetos nºs 767/2023, 809/2023, 2014/2024 e 2017/2024

2.1 Projeto de Lei Ordinária nº 767/2023 - Deputado Jarbas Filho

Ementa: Altera a Lei nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos do Estado de Pernambuco, a fim de instituir hipóteses de isenção parcial da taxa de Renovação da CNH, e dá outras providências.

2.2 Projeto de Lei Ordinária nº 809/2023 - Deputado Adalto Santos

Ementa: Altera a Lei nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos do Estado de Pernambuco, a fim de criar nova hipótese de isenção para Renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

2.3 Projeto de Lei Ordinária nº 2014/2024 - Deputada Dani Portela

Ementa: Altera a Lei nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos do Estado de Pernambuco; e a Lei nº 16.583, de 10 de junho de 2019, que assegura, no âmbito do Estado de Pernambuco, a prioridade de atendimento para emissão de Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho (CTPS) e Carteira de Estudante às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Alessandra Vieira, a fim de instituir a gratuidade na emissão da 2ª via da carteira de identidade para as mulheres vítimas de violência patrimonial.

2.4 Projeto de Lei Ordinária nº 2017/2024 - Deputado Eriberto Filho

Ementa: Altera a Lei nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a taxa de fiscalização e utilização de serviços públicos do Estado de Pernambuco, para tornar isenta a expedição da 2ª via da carteira de identidade de integrantes de comunidades ribeirinhas e indígenas.

3. Projeto de Lei Ordinária nº 1400/2023 - Deputado Jeferson Timóteo

Ementa: Cria o Programa Estadual de Distribuição de Protetor Solar destinado à população de baixa renda no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

4. Projeto de Lei Ordinária nº 2270/2024 - Deputada Socorro Pimentel

Ementa: Proibe a realização de atividades de recepção de novos estudantes em instituições de ensino superior que envolvam constrangimento que atente contra a integridade física, moral ou psicológica dos alunos, no âmbito do Estado de Pernambuco.

5. Projeto de Lei Ordinária nº 2288/2024 - Deputada Gleide Ângelo

Ementa: Altera a Lei nº 17.233, de 29 de abril de 2021, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente com Câncer, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Alessandra Vieira, a fim de dispor sobre a reintegração educacional de crianças e adolescentes que superaram o câncer.

6. Projeto de Lei Ordinária nº 40/2023 - Deputado Romero Sales Filho

Ementa: Torna obrigatória a gravação em áudio e vídeo de todos os processos licitatórios realizados pela Administração Pública, direta e indireta, no Estado de Pernambuco.

7. Projeto de Lei Ordinária nº 63/2023 - Deputado Romero Sales Filho

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Mobilidade Metropolitana.

8. Projeto de Lei Ordinária nº 337/2023 - Deputado Gilmar Junior

Ementa: Obriga os hospitais, maternidades e demais unidades públicas e privadas de saúde, realizarem o exame Ecocardiograma Pediátrico nos recém-nascidos com síndrome de Down e dá outras providências.

9. Projeto de Lei Ordinária nº 410/2023 - Deputado Romero Albuquerque

Ementa: Obriga o governo estadual a divulgar informações sobre o direito à indenização por danos causados aos veículos de proprietários em decorrência de falta de manutenção das rodovias, no âmbito do Estado de Pernambuco.

10. Projeto de Lei Ordinária nº 823/2023 - Deputado Eriberto Filho

Ementa: Institui o Programa de Brigadas de Incêndio e Primeiros Socorros nas escolas do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

11. Projeto de Lei Ordinária nº 1645/2024 - Deputada Rosa Amorim

Ementa: Estabelece diretrizes para a capacitação de profissionais da segurança pública em relação à violência contra a mulher no ambiente virtual no estado do Pernambuco.

12. Projeto de Lei Ordinária nº 2085/2024 - Deputado Doriel Barros

Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo à Implementação de Telhados Verdes no Estado de Pernambuco.

13. Projeto de Lei Ordinária nº 09/2023 - Deputado João Paulo Costa

Ementa: Dispõe sobre a transparéncia na distribuição de medicamentos pela rede estadual de saúde.

14. Projeto de Lei Ordinária nº 29/2023 - Deputado João Paulo Costa

Ementa: Ficam obrigados, os estabelecimentos de saúde, farmácias e laboratórios, públicos e privados, no âmbito do Estado de Pernambuco, a apresentar ao paciente ou seu responsável legal, antes e após os procedimentos realizados, os materiais utilizados no processo de vacinação e aplicação de medicações injetáveis.

15. Projeto de Lei Ordinária nº 269/2023 - Deputado Romero Sales Filho

Ementa: Altera a Lei nº 12.928, de 30 de novembro de 2005, que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Sérgio Leite, a fim de determinar a divulgação de imagens de pessoas desaparecidas em espetáculos artísticos, culturais e desportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco, antes da exibição de cada espetáculo.

16. Projeto de Lei Ordinária nº 281/2023 - Deputado Romero Sales Filho

Ementa: Estabelece diretrizes de divulgação e transparéncia nas obras públicas de qualquer natureza que tenham recursos do Administração Direta ou Indireta do Estado de Pernambuco.

17. Projeto de Lei Ordinária nº 992/2023 - Deputado Mário Ricardo

Ementa: Cria o Programa Escola Soridente, destinado à distribuição de kits de higiene bucal aos alunos da rede pública estadual de ensino do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

18. Projeto de Lei Ordinária nº 2248/2024 - Deputado Renato Antunes

Ementa: Dispõe sobre o "Projeto Profissão Jovem" na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco.

19. Projeto de Lei Ordinária nº 1274/2023 - Deputado Henrique Queiroz Filho

Ementa: Determina a criação ou adaptação de uma sala reservada para atender crianças e adolescentes vítimas de violência em todos os Institutos Médico Legais IMLs do Estado de Pernambuco.

20. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3264/2022 - Deputado Antônio Coelho

intercâmbio internacional aos alunos do ensino médio da rede pública estadual, define critérios para seleção dos estudantes nos programas e cria a bolsa-intercâmbio, a fim de autorizar, em caráter excepcional, embarque de estudantes na situação em que específica.

28. Projeto de Lei Ordinária nº 180/2023 - Deputado Coronel Alberto Feitosa

Ementa: Dispõe sobre a proibição de retenção de mácas das ambulâncias do SAMU, do e de outras unidades móveis pré-hospitalares de atendimento de urgência de natureza pública ou privada, e dá outras providências.

29. Projeto de Lei Ordinária nº 2414/2024 - Deputado Waldemar Borges

Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de incluir a deficiência auditiva entre as hipóteses de isenção.

30. Projeto de Lei Ordinária nº 2768/2025 - Deputado Álvaro Porto

Ementa: Altera a Lei nº 14.512, de 7 de dezembro de 2011, que cria o Projeto GANHE O MUNDO, que visa oferecer programas de intercâmbio internacional aos alunos do ensino médio da rede pública estadual, define critérios para seleção dos estudantes nos programas e cria a bolsa-intercâmbio, a fim de indicar prazo máximo para a realização da viagem de intercâmbio.

31. Projeto de Lei Ordinária nº 2779/2025 - Deputado Antônio Moraes

Ementa: Estabelece regras de segurança para a prática de soltar pipa, no âmbito do Estado de Pernambuco.

32. Projeto de Lei Ordinária nº 2830/2025 - Deputado Coronel Alberto Feitosa

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame cardíaco em atletas a partir dos 12 (doze) anos de idade, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Tramitação Conjunta com os Projetos nºs 2923/2025, 2925/2025 e 2926/2025

32.1 Projeto de Lei Ordinária nº 2923/2025 - Deputado Romero Albuquerque

Ementa: Dispõe sobre a aplicação de multa administrativa para a prática de simulação de atendimento com bonecos hiper-realistas (bebês reborn) no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

32.2 Projeto de Lei Ordinária nº 2925/2025 - Deputado Coronel Alberto Feitosa

Ementa: Dispõe sobre a utilização dos serviços públicos essenciais aos cidadãos em objetos inanimados, como bonecas "reborn" e similares, no Estado de Pernambuco.

32.3 Projeto de Lei Ordinária nº 2926/2025 - Deputado Coronel Alberto Feitosa

Ementa: Dispõe sobre a proibição do uso de bonecos hiper-realistas do tipo "reborn" com a finalidade de simular a presença de crianças vivas para obtenção de benefícios ou privilégios legais no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

33. Projeto de Lei Ordinária nº 744/2023 - Deputado William Brígido

Ementa: Assegura às pessoas com Transtorno do Espectro Autista o direito de ingresso e permanência de seu acompanhante terapêutico nas instituições de ensino públicas e privadas no âmbito do Estado de Pernambuco.

34. Projeto de Lei Ordinária nº 1360/2023 Deputado Gilmar Júnior

Ementa: Altera a Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação - PEE, a fim de incluir entre as suas diretrizes, o Ensino Antirracista desde a Educação Básica e/ou os primeiros anos de ensino em Pernambuco.

35. Projeto de Lei Ordinária nº 1942/2024 - Deputado Abimael Santos

Ementa: Altera a Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação - PEE, a fim de instituir promoção do estudo da educação moral e cívica aos estudantes de Pernambuco.

36. Projeto de Lei Ordinária nº 1546/2024 - Deputada Delegada Gleide Angelo

Ementa: Institui a Política Estadual de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e de Amparo a Trabalhadores Resgatados dessa Condição no Estado de Pernambuco.

37. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3767/2022 - Coronel Alberto Feitosa

Ementa: Ementa: Altera a Lei nº 14.133, de 30 de agosto de 2010, que dispõe sobre a regulamentação para realização de shows e eventos artísticos acima de 1.000 espectadores no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Alberto Feitosa, a fim de determinar a presença de bombeiros civis nos eventos de grande porte realizados no Estado de Pernambuco.

38. Projeto de Lei Ordinária nº 2517/2025 - Deputado Pastor Cleiton Collins

Ementa: Cria o Programa Estadual de Hortas Comunitárias Urbanas, com o objetivo de promover a segurança alimentar, o uso sustentável de espaços públicos e a integração comunitária em áreas urbanas do Estado de Pernambuco.

39. Projeto de Lei Ordinária nº 2555/2025 - Deputado Wanderson Florêncio

Ementa: Institui o Programa Estadual de Incentivo à Formação de Cães Guia para pessoas com deficiência visual no Estado de Pernambuco

40. Projeto de Lei Ordinária nº 3162/2025- Deputados Coronel Alberto Feitosa e Edson Vieira

Ementa: Dispõe sobre a proibição e penalização, no Estado de Pernambuco, da produção, divulgação ou realização de qualquer conteúdo ou evento que promova erotização infantil, adultização de crianças ou estímulo sexual envolvendo menores de idade, e dá outras providências.

41. Projeto de Lei Ordinária nº 1319/2023 - Deputado William Brígido

Ementa: Obriga a utilização de Biometria Facial para acesso aos locais destinados às torcidas organizadas nos estádios de futebol do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Tramitação Conjunta com os Projetos nºs 2508/2025, 2510/2025, 2514/2025 e 2539/2025

41.1 Projeto de Lei Ordinária nº 2508/2025 - Deputado Coronel Alberto Feitosa

Ementa: Cria o Cadastro de Maus Torcedores, com aplicação de sanções administrativas aplicadas pelo Governo do Estado de Pernambuco a torcedores flagrados praticando tumulto, depredação e atos de violência em estádios, arenas e em vias públicas.

41.2 Projeto de Lei Ordinária nº 2510/2025 - Deputado Coronel Alberto Feitosa

Ementa: Estabelece medidas de prevenção e repressão à violência entre torcidas organizadas no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

41.3 Projeto de Lei Ordinária nº 2514/2025 - Deputado Joel da Harpa

Ementa: Dispõe sobre a organização, cadastramento e disciplina das torcidas organizadas no Estado de Pernambuco.

41.4 Projeto de Lei Ordinária nº 2539/2025 - Deputado Kaio Manicoba

Ementa: Dispõe sobre a proibição de torcidas organizadas nos estádios de futebol de Pernambuco e estabelece medidas de controle para a segurança desses eventos esportivos

42. Projeto de Lei Ordinária nº 32/2023 - Deputado João Paulo Costa

Ementa: Dispõe sobre a remessa pelas editoras, como doação, de um exemplar de cada publicação para a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

43. Projeto de Lei Ordinária nº 420/2023 - Deputada Simone Santana

Ementa: Institui o Índice Estadual de Educação Inclusiva no Sistema Estadual de Ensino.

44. Projeto de Lei Ordinária nº 2138/2024 - Deputada Socorro Pimentel

Ementa: Altera a Lei nº 16.003, de 19 de abril de 2017, que impõe a divulgação de cartilhas institucionais nas escolas públicas e privadas do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Augusto César, a fim de incluir a divulgação da Cartilha "Eu Me Protejo porque Meu Corpinho é Meu".

45. Projeto de Lei Ordinária nº 2139/2024 - Deputada Socorro Pimentel

Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Educação Digital Consciente e dá outras providências.

46. Projeto de Lei Ordinária nº 2149/2024 - Deputado Gilmar Junior

Ementa: Altera a Lei nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências, a fim de promover a remoção de poluentes orgânicos persistentes, desreguladores endócrinos e micropolásticos das águas brutas e residuárias em Pernambuco.

47. Projeto de Lei Ordinária nº 55/2023 - Deputada Socorro Pimentel

Ementa: Altera a Lei nº 17.831, de 22 de junho de 2022, que institui a Política Estadual de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, a fim de instituir medidas de combate ao racismo ambiental e dá outras providências.

48. Projeto de Lei Ordinária nº 500/2023 - Deputado Henrique Queiroz Filho

Ementa: Dispõe sobre a criação e utilização em projeto pedagógico da cartilha institucional por uma infância sem racismo em todas as Escolas de Ensino fundamental em Pernambuco, e dá outras providências.

49. Projeto de Lei Ordinária nº 512/2023- Deputado Gilmar Junior

Ementa: Obriga a realização do Teste de Teller em bebês a partir dos 90 (noventa) dias de nascido, pela Rede Pública de Saúde do Estado de Pernambuco.

Tramitação Conjunta com o Projeto nº 1535/2024

15.1 Projeto de Lei Ordinária nº 1535/2024 - Deputada Socorro Pimentel Ementa: Dispõe sobre a instituição da Política de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua no Estado de Pernambuco.

51. Projeto de Lei Ordinária nº 1529/2024 - Deputada Socorro Pimentel

Ementa: Estabelece a Política de Prevenção e Tratamento da Tuberculose no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

52. Projeto de Lei Ordinária nº 1960/2024 - Deputado Gilmar Junior

Ementa: Altera a Lei nº 16.377, de 29 de maio de 2018, que estabelece medidas para prevenção e combate à perseguição, ao assédio,

à importunação e ao abuso sexual de mulheres nos meios de transporte coletivo intermunicipal, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Adalto Santos, a fim de inserir dispositivo informativo.

53. Projeto de Lei Ordinária nº 2158/2024 - Deputado Mário Ricardo

Ementa: Dispõe sobre diretrizes para o incentivo à instalação de pontos de recarga para abastecimento de veículos elétricos no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Tramitação Conjunta com o Projeto nº 2719/2025

53.1 Projeto de Lei Ordinária nº 2719/2025 - Deputado Wanderson Florêncio

Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo aos Veículos Elétricos no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

54. Projeto de Lei Ordinária nº 1833/2024 - Deputado Luciano Duque

Ementa: Institui o Programa Estadual de Doação de Kit Maternidade Solidária para às mães em situação de vulnerabilidade social no âmbito do Estado de Pernambuco.

55. Projeto de Lei Ordinária nº 2238/2024 - Deputado Gilmar Júnior

Ementa: Altera a Lei nº 17.394, de 16 de setembro de 2021, que institui o Programa de Registro de Feminicídio de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Alessandra Vieira, a fim de inserir metas para o enfrentamento integrado da violência contra a mulher.

56. Projeto de Lei Ordinária nº 2386/2024 - Deputado Sileno Guedes

Ementa: Altera a Lei nº 17.201, de 8 de abril de 2021, que dispõe sobre a utilização de tecnologia assistiva para atendimento às pessoas com deficiência auditiva nos shopping centers, galerias e centros comerciais e nas agências bancárias no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra, para incluir a obrigatoriedade de disponibilização de intérprete de Libras entre os serviços previstos.

57. Projeto de Lei Ordinária nº 1188/2023 - Deputado Henrique Queiroz Filho

Ementa: Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e assistência social em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

58. Projeto de Lei Ordinária nº 2505/2025 - Deputado Antônio Coelho

Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de inserir em sítio eletrônico, Cartilha de Rotina Para Crianças com TEA.

59. Projeto de Lei Ordinária nº 3063/2025 - Deputado Renato Antunes

Ementa: Altera a Lei nº 12.280, de 11 de novembro de 2002, que dispõe sobre a Proteção Integral aos Direitos do Aluno, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Duere, a fim de acrescentar direitos ao aluno trabalhador.

60. Projeto de Lei Ordinária nº 203/2023 - Deputada Delegada Gleide Ângelo

Ementa: Altera a Lei nº 13.958, de 15 de dezembro de 2009, que altera a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, e modificações, que institui a sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armário e confecções e institui o Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confecções - FUNTEC, a fim de instituir a destinação de recursos do fundo para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de apoio econômico, incentivo ao empreendedorismo, qualificação profissional e formação técnica de mulheres ou de associações, cooperativas e facções de mulheres que integram a Cadeia Têxtil, de Confecções e de Moda no Estado de Pernambuco.

61. Projeto de Lei Ordinária nº 469/2023 - Deputado William Brígido

Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, para estabelecer a obrigatoriedade das empresas fornecedoras de água indicarem na conta a presença de agrotóxicos encontrados no sistema de abastecimento de água no Estado de Pernambuco.

62. Projeto de Lei Ordinária nº 1854/2024 - Deputado William Brígido

Ementa: Torna obrigatória a apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais para profissionais que atuem em espaços clínicos que atendam crianças e adolescentes.

63. Projeto de Lei Ordinária nº 2253/2024 - Deputado William Brígido

Ementa: Institui a Política Estadual de Diagnóstico e Acessibilidade para Pessoas com Daltonismo na Educação.

63.1 Projeto de Lei Ordinária nº 2259/2024 - Deputado Gilmar Júnior

Ementa: Institui a Política Estadual de Diagnóstico e Acessibilidade para Pessoas com Daltonismo na rede pública de ensino de Pernambuco.

64. Projeto de Lei Ordinária nº 3387/2025 - Deputado Antônio Coelho

Ementa: Dispõe sobre a prevenção e o combate a fabricação e comercialização de bebidas alcoólicas adulteradas com metanol no

73. Projeto de Lei Ordinária nº 1053/2023 - Deputado Jeferson Timóteo

Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de determinar a elaboração de estatística e divulgação sobre os portadores do Transtorno do Espectro Autista.

74. Projeto de Lei Ordinária nº 2316/2024 - Deputada Delegada Gleide Angelo

Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Conscientização sobre a Importância do Esporte para o Desenvolvimento Cognitivo e Social de Crianças e Adolescentes com Transtorno de Espectro Autista (TEA).

Tramitação Conjunta com o Projeto nº 2746/2025

74.1 Projeto de Lei Ordinária nº 2746/2025 - Deputado Renato Antunes

Ementa: Cria a Política Estadual de Esportes para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

75. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3490/2022 - Deputado Antônio Coelho

Ementa: Cria o Sistema de Enfrentamento e Acolhimento Cidadão em casos de desastres naturais, estabelecendo prioridade no atendimento às famílias e as comunidades atingidas por enxentes, desabamentos e ocorrências assemelhadas.

Tramitação em Conjunto com o Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3502/2022 e com os Projetos de Lei Ordinária de nºs 701/2023, 2518/2025 e 2947/2025

75.1 Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3502/2022 - Deputado Antônio Coelho

Ementa: Dispõe sobre o mapeamento, zoneamento e levantamento cadastral de áreas de risco no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

75.2 Projeto de Lei Ordinária nº 701/2023 - Deputada Socorro Pimentel

Ementa: Estabelece, no âmbito do Estado de Pernambuco, o repasse imediato de alertas de desastres para divulgação à população pelos meios de radiodifusão regional e dá outras providências.

75.3 Projeto de Lei Ordinária nº 2518/2025 - Deputada Deputada Rosa Amorim

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão de alertas de SMS classe 0 para eventos climatológicos com risco de desastre, pelas operadoras de telefonia móvel que operam no Estado de Pernambuco.

75.4 Projeto de Lei Ordinária nº 2947/2025 - Deputada Rosa Amorim

Ementa: Estabelece o repasse imediato de alertas de desastres para divulgação à população pelos meios de radiodifusão regional.

75.5 Projeto de Lei Ordinária nº 2947/2025 - Deputado Renato Antunes

Ementa: Estabelece, no âmbito do Estado de Pernambuco, a obrigatoriedade de definição de critérios de risco de desmoronamento em áreas de morros e encostas.

76. Projeto de Resolução nº 768/2023 - Deputada Dani Portela

Ementa: Altera a Resolução nº 646, de 4 de dezembro de 2003, que institui o Código de Ética Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, cria a Comissão de Ética Parlamentar e dá outras providências, a fim de explicitar que a atividade parlamentar também será norteada pelos princípios da imparcialidade e da publicidade.

77. Projeto de Lei Ordinária nº 3062 - Deputado Pastor Júnior Tercio

Ementa: Institui a Campanha "Drogas Zero nos Pontos Turísticos" no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

78. Projeto de Emenda à Constituição nº 30/2025 - Mesa Diretora

Ementa: Altera a Constituição do Estado de Pernambuco.

79. Projeto de Emenda à Constituição nº 31/2025 - Mesa Diretora

Ementa: Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de dispor sobre os limites para execução obrigatória de Emendas Parlamentares individuais à Lei Orçamentária Anual, e dá outras providências.

80. Projeto de Lei Complementar nº 3578/2025 - Mesa Diretora

Ementa: Dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual; e dá outras providências.

81. Projeto de Lei Ordinária nº 134/2023 - Deputado Romero Sales Filho

Ementa: Institui a Vacinação Domiciliar para a Pessoa Idosa e Pessoas com mobilidade reduzida.

82. Projeto de Lei Ordinária nº 1299/2023 - Deputado Henrique Queiroz Filho

Ementa: Dispõe sobre a instituição de cursos gratuitos destinados à mulher gestante sobre cuidados e atendimentos de emergência a crianças de zero a seis anos no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

83. Projeto de Lei Ordinária nº 1546/2024 - Deputada Delegada Gleide Angelo

Ementa: Institui a Política Estadual de Combate ao Trabalho em Condição Analoga à de Escravo e de Amparo a Trabalhadores Resgatados dessa Condição no Estado de Pernambuco.

84. Projeto de Lei Ordinária nº 1699/2024 - Deputado Gilmar Junior

Ementa: Obriga a realização do Teste da Bochechinha em recém-nascidos, na forma que especifica, em todas as unidades de parto em Pernambuco.

85. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3767/2022 - Coronel Alberto Feitosa

Ementa: Ementa: Altera a Lei nº 14.133, de 30 de agosto de 2010, que dispõe sobre a regulamentação para realização de shows e eventos artísticos acima de 1.000 expectadores no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Alberto Feitosa, a fim de determinar a presença de bombeiros civis nos eventos de grande porte realizados no Estado de Pernambuco.

86. Projeto de Lei Ordinária nº 2517/2025 - Deputado Pastor Cleiton Collins

Ementa: Cria o Programa Estadual de Hortas Comunitárias Urbanas, com o objetivo de promover a segurança alimentar, o uso sustentável de espaços públicos e a integração comunitária em áreas urbanas do Estado de Pernambuco.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

DEPUTADO ANTONIO COELHO - PRESIDENTE

DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:

DEPUTADO CAYO ALBINO
DEPUTADA DANI PORTELA
DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO GUSTAVO GOVÉIA
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO
DEPUTADO JÓAO DE NADEGI
DEPUTADO JUNIOR MATUTO

SUPLENTES:

DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ANGELO
DEPUTADO DORIEL BARROS
DEPUTADO MÁRIO RICARDO
DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS
DEPUTADO RENATO ANTUNES
DEPUTADO RODRIGO FARIA
DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE

1. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

No decorrer de 2025, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação recebeu 519 proposições legislativas, das quais 518 foram distribuídas e 252 discutidas. Entre essas proposições, destacam-se 498 Projetos de Lei Ordinária, 17 Projetos de Lei Complementar, 3 Propostas de Emenda à Constituição e 1 Veto.

2. REUNIÕES

No âmbito das atividades da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, foram realizadas, em 2025, 34 reuniões, sendo 27 Ordinárias, 1 Extraordinária e 6 Audiências Públicas.

3. REMANEJAMENTOS DE EMENDAS PARLAMENTARES À LOA 2025

Em 2025, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação realizou 1613 Remanejamentos de Emendas Parlamentares à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025.

4. PRESTAÇÕES DE CONTAS - GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Ao longo do exercício de 2025, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação desempenhou suas atribuições regimentais ao apreciar e deliberar sobre as prestações de contas do ex-governador do Estado de Pernambuco, concernentes aos exercícios financeiros de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

5. PRESTAÇÕES DE CONTAS - TCE-PE

Em cumprimento às suas competências legais e regimentais, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação apreciou e deliberou, no exercício de 2025, sobre as prestações de contas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, referentes aos exercícios de 2015 a 2024.

6. LDO, PLOA e PPA

No âmbito das matérias de natureza orçamentária, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação promoveu, ao longo do exercício de 2025, a discussão e votação dos seguintes projetos: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 3086/2025 - LDO 2026; Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 3397/2025 - LOA 2026 e Projeto do Plano Plurianual nº 3398/2025 - PPA 2024-2027 (Revisão 2026).

7. QUADRO RESUMO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA CFOT - 2025

Atividades	Total
Projetos Recebidos	519
Projetos Distribuídos	518
Projetos Discutidos	252
Reuniões Ordinárias	27
Reunião Extraordinária	1
Audiências Públicas	6
Remanejamentos de Emendas Parlamentares à LOA 2025	1613

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEPUTADO WALDEMAR BORGES - PRESIDENTE
DEPUTADO ANTONIO COELHO - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO JUNIOR MATUTO
DEPUTADO IZAIAS REGIS
DEPUTADO JEFERSON TIMÓTEO
DEPUTADO JOAQUIM LIRA
DEPUTADO NINO DE ENOQUE

SUPLENTES:
DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA
DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
DEPUTADO DORIEL BARROS
DEPUTADO EDSON VIEIRA
DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO PASTOR JÚNIOR TÉRCIO
DEPUTADA SIMONE SANTANA

1. REUNIÕES

Em 2025, A Comissão de Administração Pública realizou 27 reuniões e 9 audiências públicas.

Reuniões	Total
Reuniões Ordinárias	27
Reuniões Extraordinárias	0
Audiências Públicas	9

O Regimento Interno da ALEPE (Resolução nº 1.891/2023) dispõe em seus Arts. 97 e 102 sobre as competências da Comissão de Administração Pública. Cabe ao colegiado, dentre outras atribuições, discutir temas relacionados à fixação de subsídios, remunerações, criação de políticas públicas e estrutura da gestão estadual.

Com base em suas atribuições regimentais, a CAP realizou a análise do mérito das proposições distribuídas ao colegiado. As discussões buscaram sempre melhorar a aplicabilidade e aperfeiçoar as redações apresentadas. O trabalho anual foi realizado em conjunto com as demais comissões e sempre priorizando o diálogo com a sociedade civil.

2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Ao longo de 2025, a Comissão de Administração Pública realizou oito audiências públicas e uma escuta, reafirmando seu compromisso com o diálogo, a transparéncia e a participação da sociedade na construção das políticas públicas.

Esses encontros aprofundaram o debate sobre temas estratégicos para o Estado e contribuíram para subsidiar a análise das proposições distribuídas ao colegiado. Os assuntos tratados envolveram áreas essenciais da administração pública, abrangendo educação, saneamento, mobilidade urbana, infraestrutura, energia, gestão climática, valorização do serviço público e impactos de reformas estruturantes.

Essas discussões ampliaram o papel fiscalizador e propositivo da Comissão bem como o de acolher demandas urgentes que afetam diretamente servidores e cidadãos.

A seguir, apresentam-se os temas e principais pontos debatidos nas audiências públicas:

● **Tema:** Esclarecimentos pelo Secretário de Educação do Estado de Pernambuco sobre uma série de questões relacionadas à gestão da educação pública no estado: problemas de infraestrutura das escolas, fragilidades em programas educacionais importantes, pendências e inconsistências sobre a execução de programas e processos administrativos ligados a investimentos, compras e credenciamentos.

Solicitante: Presidente da Comissão de Administração Pública - Deputado Waldemar Borges.

Data: 01.04.2025

Local: Auditório Senador Sérgio Guerra - ALEPE

A audiência tratou de ações e desafios da gestão da Educação, abordando infraestrutura, programas pedagógicos e políticas de valorização, permitindo esclarecimentos aos parlamentares e ao público.

● **Tema:** Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 2675/2025 que disciplina o rateio interfederativo dos recursos provenientes de Contratos de Concessão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Esgotamento Sanitário das Microrregiões de Água e Esgoto do Sertão e do RMR Pajeú, e dá outras providências.

Solicitante: Deputado Waldemar Borges.

Data: 21.05.2025

Local: Auditório Senador Sérgio Guerra - ALEPE

O debate aprofundou os critérios e impactos do rateio dos recursos das concessões de saneamento, reunindo gestores e especialistas para subsidiar a análise do projeto.

● **Tema:** Tarifa Zero, Evasão de Receitas e Surf/Morcegamento nos transportes metropolitanos no Recife.

Solicitante: Deputado João Paulo

Data: 20.08.2025

Local: Auditório Senador Sérgio Guerra - ALEPE

Foram discutidos desafios financeiros e operacionais do transporte metropolitano, incluindo, evasão de receitas e sustentabilidade do modelo de tarifa zero.

● **Tema:** Metrô do Recife - Não à Privatização

Solicitante: Deputado João Paulo

Data: 20.10.2025

Local: Plenário II Deputado João Lyra - ALEPE

A audiência debateu os possíveis impactos da privatização do metrô, com manifestações de trabalhadores, especialistas e representantes sociais.

● **Tema:** Renovação da Concessão da Neoenergia

S

Solicitante: Deputado João Paulo

Data: 27.05.2025

Local: Plenário II Deputado João Lyra - ALEPE

A escuta reuniu servidores e entidades para avaliar impactos previdenciários e administrativos da extinção da Bandeprev, identificando preocupações e demandas urgentes.

● Requerimento ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), no bojo de sua competência institucional para auxílio do Controle Externo a cargo do Poder Legislativo, com fundamento no art. 21, IV, da Lei nº 12.600, de 14 de junho de 2004, que instaure PROCEDIMENTO FISCALIZATÓRIO, em desfavor do Poder Executivo, em função de potencial descumprimento da legislação administrativa no contrato de Inexigibilidade nº 0375/2024, registrado sob o nº 031/2024, Processo nº 3219.2024.AC-10.IN.0375.SAD.ATI, celebrado entre o Estado de Pernambuco, por intermédio da Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI e a empresa X-VIA Tecnologia LTDA.

4. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

- 1.042 recebidas
- 1.042 distribuídas
- 597 discutidas

PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS	Total
Propostas de Emenda à Constituição	4
Projetos de Lei Complementar	19
Projetos de Lei Ordinária	1.019
Projetos de Resolução	0
Projetos de Decreto Legislativo	0
Emendas	0
Subemendas	0

PROPOSIÇÕES DISCUTIDAS	Total
Propostas de Emenda à Constituição	0
Projetos de Lei Complementar	19
Projetos de Lei Ordinária	224
Projetos de Resolução	0
Projetos de Decreto Legislativo	0
Emendas	10
Subemendas	1
Substitutivos	343

5. PROPOSIÇÕES DE DESTAQUE

Dentre os diversos projetos discutidos pela comissão em 2025, podemos destacar alguns de extrema relevância para o povo Pernambucano:

- Projeto de Rateio Interfederativo dos Recursos de Saneamento, aprovado pelo:

o Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Complementar nº 2675/2025, de autoria dos Deputados Waldemar Borges, Sileno Guedes, Rodrigo Farias, Diogo Moraes, Junior Matuto e Cayo Albino, Albino (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 455, de 13 de julho de 2021, que institui as Microrregiões de Água e Esgoto do Sertão e da RMR Pajeú e respectivas estruturas de governança, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de disciplinar os critérios de rateio dos recursos provenientes da concessão dos serviços públicos de distribuição de água e de esgotamento sanitário, e dá outras providências.);

● Projetos sobre a importância de Isenção de IPVA para viabilizar o cotidiano do povo Pernambucano em busca de sustento e locomoção, a seguir:

o Projeto de Lei Ordinária nº 2414/2024, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de incluir a deficiência auditiva entre as hipóteses de isenção);

o Projeto de Lei Ordinária nº 3261/2025, de autoria do Deputado Antonio Coelho (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de conceder isenção aos veículos rodoviários com mais de 15 (quinze) anos de fabricação e aos veículos que tenham motor híbrido);

o Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 313/2023, de autoria do Deputado Abimael Santos (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de conceder isenção aos veículos do tipo motocicleta ou similar, com potência até 170 (cento e setenta) cilindradas);

o Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 640/2023, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de conceder isenção aos veículos rodoviários utilizados para transporte de passageiros por aplicativo);

- Proposições que se referem a Operações de Créditos do Poder Executivo, sendo elas:

o Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2692/2025, de autoria da Governadora do Estado de Pernambuco (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto a instituições financeiras nacionais com a garantia da União);

o Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 3057/2025, de autoria da Governadora do Estado (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, com ou sem garantia da União);

o Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 3088/2025, de autoria da Governadora do Estado (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União);

- O projeto sobre medidas de segurança e de combate à violência em eventos esportivos, de grande impacto no ano de 2025:

o Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1319/2023, de autoria do Deputado William Brígido; Projeto de Lei Ordinária nº 2508/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 2510/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 2514/2025, de autoria do Deputado Joel da Harpa e Projeto de Lei Ordinária nº 2539/2025, de autoria Deputado Kajo Maniçoba (Ementa: Dispõe sobre medidas de segurança e de combate à violência em eventos esportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco).

6. PARECERES

PARECERES	Total
Pela aprovação	493
Pela rejeição	0
Retirados de pauta	89
Pedidos de vistas	15

7. EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS APRESENTADOS PELA CAP

A comissão apresentou ao longo do ano um total de 51 proposições acessórias buscando aperfeiçoar as redações apresentadas e garantir a aplicabilidade dos textos.

Emendas, Subemendas e Substitutivos apresentados	Total
Emendas	5
Subemendas	0
Substitutivos	46

Dentre os SUBSTITUTIVOS, é possível destacar o que foi apresentado ao Projeto de Lei Ordinária nº 09/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a transparência na distribuição de medicamentos pelo poder público estadual). Proposto em conjunto pelo autor e pelo relator após ouvir órgãos envolvidos, busca aprimorar o projeto que garante transparência na

distribuição de medicamentos pelo Poder Público Estadual. O objetivo central do PL é assegurar o acesso público às informações sobre a entrega de medicamentos, inclusive aqueles financiados pelo governo federal, mas distribuídos pelo Estado. Durante a análise, identificou-se a necessidade de ajustes para alinhá-lo à legislação federal e tornar a redação mais clara. Com base no art. 19-P da Lei Federal nº 8.080/1990, o substitutivo foi elaborado para compatibilizar as práticas da administração pública com a exigência de publicidade e controle social na gestão de medicamentos.

Já ao Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1948/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior, (Ementa: Obliga a disponibilização, no sítio eletrônico da Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento - COMPESA, das informações que indica e dá outras providências). A proposição tinha como objetivo reforçar a transparéncia, tornando acessíveis esses dados, a proposta permite que os gestores públicos tomem decisões mais embasadas e coerentes com as necessidades da população. Realizando uma análise detalhada, a CAP identificando a necessidade de realizar ajustes à redação a fim de torná-la mais clara e exequível apresentou o Substitutivo nº 02/2025. Pretendeu-se, assim, garantir a viabilidade da proposta e o alcance dos objetivos almejados.

Outra proposição acessória, uma EMENDA MODIFICATIVA, foi apresentada ao Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça aos Projetos de Lei Ordinária nº 542/2023 e 1535/2024, de autoria dos Deputados Romero Albuquerque e Socorro Pimentel, respectivamente (Ementa: Institui a Política de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua no Estado de Pernambuco), tendo em vista a necessidade de ajustes na redação da proposta, a fim de retirar do texto remissões aos projetos originais que não se compatibilizam com o substitutivo proposto. Portanto, a emenda modificativa aprovada mantém integralmente o mérito e a relevância do Substitutivo em questão, ao mesmo tempo em que assegura precisão terminológica ao texto legal.

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

DEPUTADO EDSON VIEIRA - PRESIDENTE
DEPUTADO ABIMAILO SANTOS - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:

DEPUTADO CAYO ALBINO
DEPUTADO IZAIAS REGIS
DEPUTADA ROBERTA ARRAES

DEPUTADO DORIEL BARROS
DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO
DEPUTADO MÁRIO RICARDO
DEPUTADO NINO DE ENOQUE
DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE

DADOS RELEVANTES:

TOTAL DE REUNIÕES REALIZADAS

11 Reuniões Ordinárias
02 Reuniões Extraordinárias
03 Audiências Públicas
01 Reunião com outros órgãos
02 Reuniões Ordinárias canceladas

TOTAL DE PROJETOS, EMENDAS E SUBSTITUTIVOS APRECIADOS

71 Projetos Aprovados, sendo:
48 Substitutivos apreciados
11 Emendas apreciadas

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NA COMISSÃO:

Entre as Audiências Públicas realizadas, a primeira tem o destaque de ter sido realizada externamente, na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste Setentrional, a partir do Requerimento do próprio Deputado Edson Vieira, para tratar da necessidade da pavimentação das rodovias PE-156 e PE-159, para possibilitar a ampliação do desenvolvimento do polo de confecções e consequentemente de toda a Região próxima e o próprio Estado, em função da importância econômica e social da atividade produtiva de grande sucesso de uma região que enfrenta a carência e as dificuldades inerentes às regiões áridas, e que atualmente enfrenta o gargalo para o crescimento da precariade das estradas para o transporte de peças para aumento da produção que já está no limite de alocação da mão de obra local, transporte de pessoas tanto para comércio, produção, compras e turismo, além de promover a conexão com outras regiões produtoras de insumos e bens que incrementariam as possibilidades de ampliação dos Municípios e do Estado, tudo em função de dois pequenos trechos de estradas que totalizariam algo em torno de trinta e cinco quilômetros e um investimento de aproximadamente R\$ 72 milhões, por parte do Governo do Estado, para uma região que gerou R\$177 milhões em tributos para o Estado apenas no mês de março de 2025, além de beneficiar diretamente mais de 300 mil pessoas.

A Audiência Pública seguinte, debateu sobre ao Transporte Complementar Intermunicipal em Pernambuco e os desafios para cumprir o Decreto nº 48.052/2019, a partir do Requerimento do Deputado Sileno Guedes, e foi evidenciado a dificuldade da classe trabalhadora do Transporte Complementar em renovar os contratos previstos no Decreto, em função da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal - EPTI, responsável pela regulação do setor, alegar que não tem pessoal suficiente para realizar as vistorias e a regularização dos veículos, levando os trabalhadores a voltar a trabalhar na clandestinidade. Esta Audiência resultou em apresentação de um Projeto de Lei anunciado pelo Deputado Sileno Guedes para regulamentar o Sistema de Transporte Alternativo Intermunicipal e a solicitação de uma reunião com a direção da EPTI.

A última Audiência Pública da Comissão no ano, tratou da possibilidade da saída do 20º Batalhão de Polícia Militar do Município de São Lourenço da Mata, para o Município de Camaragibe, conforme informações veiculadas nas mídias sociais, a partir dos Requerimentos dos Deputados Rodrigo Farias e Edson Vieira, onde foi demonstrado nas falas e dados apresentados pelos participantes, que contou com a participação dos Deputados requerentes e mais Cayo Albino e Romero Albuquerque, integrantes da Comissão, Delegada Gleide Ângelo e Sileno Guedes, além do Deputado licenciado Eriberto Filho, do Prefeito Vinícius Labanca e Vice-Prefeito Lucca Labanca de São Lourenço da Mata, diversos Secretários Municipais, Vereadores e de lideranças e membros da sociedade do Município, da imensa necessidade da manutenção do Batalhão no Município, e que resultou, ainda, no transcorrer da Audiência, do anúncio da Governadora do envio de um Projeto de Lei para a manutenção do Batalhão em São Lourenço da Mata e mais a construção de 5 novos Batalhões da PM, a contemplar os Municípios de Arcos, Barreiros, Camaragibe e Goiana.

REUNIÕES COM OUTROS ÓRGÃOS NA COMISSÃO:

Entre as Reuniões com outros órgãos e entidades do Governo Estadual e Municipal, podemos destacar as Reuniões ocorridas com a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE / FIDEM, com a finalidade de tratar de questões envolvendo os limites entre os Estados de Pernambuco e do Ceará, com tratativas para resolução de pendências com demandas judiciais em andamento, já encaminhadas para uma busca amigável com a provável realização de convênios entre as Assembleias Legislativas de ambos os Estados e suas respectivas Agências de controle cartográfico, com possível cooperação técnica, ainda em andamento.

Outra Reunião importante de destaque, também foi realizada com a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE / FIDEM, e foi realizada em duas ocasiões sobre o mesmo tema, sendo a primeira para apresentação de proposta de estudo para a realização de um novo tracado no limite entre os Municípios de Toritama e Caruaru, para resgatar a história desse Município desde sua concepção e criação e a memória de seus municípios. A segunda Reunião sobre o tema se fez necessária para esclarecimentos de objetivos e procedimentos a serem retratados no parecer prévio enviado pela Agência CONDEPE / FIDEM para análise da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

PROJETOS DE LEI DE AUTORIA DOS DEPUTADOS APROVADOS NA COMISSÃO:

Entre os projetos de iniciativa dos Deputados, merecem destaque, quanto às Emendas dos Projetos de Lei e/ou Substitutivos: a Emenda Aditiva nº 01 de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico ao Substitutivo nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1263/2023, de autoria do Deputado Edson Vieira, que tem por objetivo criar a "Rota da Moda de Pernambuco", e altera o art. 2º do Substitutivo nº 01/2023 para incluir o Município de Cupira na lista de municípios da "Rota da Moda de Pernambuco", e as Emendas Modificativa nº 01/2025, de autoria do Deputado Sileno Guedes e Aditiva nº 02/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2953/2025, de autoria do Deputado Sileno Guedes, que institui o serviço de Transporte Público Complementar Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco.

Quanto às proposições: o Projeto de Lei Ordinária nº 938/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, que Institui a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis de Pequeno Porte no Estado de Pernambuco, o Projeto de Lei Ordinária nº 2690/2025, de autoria do Deputado Fabrizio Ferraz, que cria a Rota Turística do Cangaço no Estado de Pernambuco, o Projeto de Lei Ordinária nº 2269/2024, de autoria do Deputado Diogo Moraes, que altera a Lei sobre a distribuição, entre os municípios, da parcela do ICMS que lhes é destinada, para denominá-la de "Lei José Patriota", e o Projeto de Lei Ordinária nº 3072/2025, de autoria conjunta dos Deputados Waldemar Borges, Antônio Moraes e João Paulo, que altera a Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, que

Paulo Costa, que institui a Política Pública de Estímulo à Implantação das Tecnologias de Conectividade Móvel no âmbito do Estado de Pernambuco, o **Substitutivo nº 01/2024**, de autoria da **Comissão de Administração Pública**, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 414/2023**, de autoria da **Deputada Socorro Pimentel**, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, objetivos e diretrizes para o desenvolvimento do setor produtivo gesseiro, o **Substitutivo nº 01/2025**, de autoria da **Comissão de Constituição, Legislação e Justiça**, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 756/2023**, de autoria da **Deputada Delegada Gleide Ángelo**, que altera a Lei nº 14.921, de 11 de março de 2013, que institui o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM, a fim de incluir, no rol de investimentos de recursos do FEM, novas ações voltadas para a proteção das mulheres, o **Substitutivo nº 02 de autoria da Comissão de Administração Pública** ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1788/2024** de autoria do **Deputado Henrique Queiroz Filho**, que altera a Lei da Política de Conscientização e Incentivo da Doação de Sangue, Órgãos, Tecidos e Leite Materno, a fim de ampliar a Rede de Bancos ou Centros de Coleta de Sangue, de Leite Materno e de Postos de Registro de Doadores de Órgãos e Medula Óssea, o **Substitutivo nº 01 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça** ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1950/2024**, de autoria do **Deputado Renato Antunes**, que altera a Lei sobre cadastro específico para as operações de aquisição, estocagem, comercialização, reciclagem, processamento, fundição e beneficiamento de joias usadas, cabos de cobre, alumínio, baterias e transformadores, a fim de acrescentar o cobre queimado, bem como nova penalidade, o **Substitutivo nº 01/2025**, de autoria da **Comissão de Constituição, Legislação e Justiça**, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1960/2024**, de autoria do **Deputado Gilmar Junior**, que altera a Lei nº 16.377, de 29 de maio de 2018, que estabelece medidas para prevenção e combate à perseguição, ao assédio, à importunação e ao abuso sexual de mulheres nos meios de transporte coletivo intermunicipal, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do **Deputado Adalto Santos**, a fim de inserir dispositivo informativo, o **Substitutivo nº 01/2025**, de autoria da **Comissão de Constituição, Legislação e Justiça**, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2440/2024**, de autoria do **Deputado Mário Ricardo**, que cria a Rota Turística do Litoral Norte de Pernambuco, o **Substitutivo nº 01/2025**, de autoria da **Comissão de Constituição, Legislação e Justiça**, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2765/2025**, de autoria do **Deputado Álvaro Porto**, que Institui a Política Estadual de incentivo aos consórcios intermunicipais agropecuários no Estado de Pernambuco, o **Substitutivo nº 01/2025**, de autoria da **Comissão de Constituição, Legislação e Justiça**, ao **Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3107/2022**, de autoria do **Deputado Joel da Harpa**, que institui o Programa Conecta PE, define suas finalidades e diretrizes, o **Substitutivo nº 01/2025**, de autoria da **Comissão de Constituição, Legislação e Justiça**, aos **Projetos de Lei Ordinárias Desarquivados nºs 3490/2022**, de autoria do **Deputado Antônio Coelho** e **3502/2022**, de autoria do **Deputado Antônio Coelho** e aos **Projetos de Lei Ordinárias nºs 70/2023**, de autoria da **Deputada Socorro Pimentel**, **2518/2025**, de autoria da **Deputada Rosa Amorim**, **2519/2025**, de autoria da **Deputada Rosa Amorim** e **2547/2025**, de autoria do **Deputado Renato Antunes**, sobre situações de desastres naturais, áreas de riscos e sistemas enfrentamento e alertas no Estado, e o **Substitutivo nº 01/2025**, de autoria da **Comissão de Constituição, Legislação e Justiça**, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 2675/2025**, de autoria conjunta dos **Deputados Waldeimar Borges**, **Sílvia Guedes**, **Rodrigo Farias**, **Diogo Moraes**, **Junior Matuto** e **Cayo Albino**, que disciplina o rateio interfederativo dos recursos provenientes de Contratos de Concessão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Esgotamento Sanitário das Microrregiões de Água e Esgoto do Sertão e do RMR Pajeú.

RESUMO PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NA 4ª COMISSÃO EM 2025:

Total de Projetos na Comissão	203
Total de Projetos de Emenda à Constituição	02
Total de Projetos Desarquivados	01
Total de Projetos provenientes dos Deputados	203
Total de Projetos provenientes do Poder Executivo	00
Total de Projetos provenientes do Poder Judiciário	00
Total de Projetos Arquivados por Rejeição ou Requer	25
Total de Projetos Aprovados	71

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

DEPUTADO RENATO ANTUNES - PRESIDENTE
DEPUTADO WALDEMAR BORGES - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO ANTONIO COELHO
DEPUTADO JOÃO PAULO
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS

SUPLENTES:
DEPUTADA DANI PORTELA
DEPUTADO JOEL DA HARPA
DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE
DEPUTADO ROSA AMORIM
DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO

1. Reuniões

Ao todo, foram realizadas onze Reuniões Ordinárias, quatro Extraordinárias e uma Reunião Solene.

1.1. Reuniões Ordinárias:

- 1.1.1. Reunião Ordinária de 19 de março de 2025;
- 1.1.2. Reunião Ordinária de 09 de abril de 2025;
- 1.1.3. Reunião Ordinária de 06 de maio de 2025;
- 1.1.4. Reunião Ordinária de 04 de junho de 2025;
- 1.1.5. Reunião Ordinária de 13 de agosto de 2025;
- 1.1.6. Reunião Ordinária de 03 de setembro de 2025;
- 1.1.7. Reunião Ordinária de 17 de setembro de 2025;
- 1.1.8. Reunião Ordinária de 01 de outubro de 2025;
- 1.1.9. Reunião Ordinária de 21 de outubro de 2025;
- 1.1.10. Reunião Ordinária de 18 de novembro de 2025;
- 1.1.11. Reunião Ordinária de 02 de dezembro de 2025;

As Reuniões Ordinárias da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (CECEL) assumem especial relevância no espaço institucional em que se concretizam o acompanhamento das políticas públicas e a deliberação de matérias essenciais para o fortalecimento da educação, da cultura, do esporte e do lazer em Pernambuco. É nesse fórum que se escutam as vozes de diversos segmentos culturais por meio da análise criteriosa de projetos de lei, a emissão de pareceres fundamentados e o encaminhamento de propostas que dialoguem com as demandas reais da população. Assim, as Reuniões Ordinárias reafirmam o compromisso desta Comissão com a transparência, a participação cidadã e a promoção de ações que impactem positivamente a vida de milhares de pernambucanos.

1.2. Reuniões Extraordinárias

1.2.1 Reunião realizada em 17 de fevereiro de 2025, para a Instalação da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

1.2.2. Reunião realizada em 18 de fevereiro de 2025, para eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

1.2.3. Reunião realizada em 14 de maio de 2025, onde foi discutido o tema: "Ações voltadas à promoção da parentalidade responsável no âmbito da Rede Estadual de Educação", que teve como pauta as ações voltadas à promoção da parentalidade responsável que representa um marco necessário e oportunno no âmbito dos debates da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (CECEL). Tratou-se de uma temática de extrema relevância, pois articulou a escola, a família e a comunidade, fortalecendo o princípio constitucional da corresponsabilidade familiar na formação integral de crianças e adolescentes (art. 205 da CF/88).

É essencial registrar que esta pauta, debatida de forma extraordinária, reforçou o compromisso desta Comissão em fomentar espaços de escuta, diálogo e construção coletiva de soluções que reconheçam o papel insubstituível dos pais e responsáveis na trajetória escolar dos estudantes pernambucanos. Foi recomendado que o encaminhamento dessa discussão resulte em projetos de lei complementares, moções de recomendação à Secretaria de Educação e à articulação intersetorial com as Secretarias de Desenvolvimento Social e Saúde, de modo a garantir a eficácia das ações pactuadas.

1.2.4. Reunião realizada em 10 de novembro de 2025, destinada à apresentação e apreciação do Relatório Anual de Indicadores Educacionais (RAI 2024), em cumprimento à Lei de Responsabilidade Educacional (Lei nº 13.273/2007). A exposição foi conduzida pelo Secretário de Educação do Estado, senhor Gilson José Monteiro Filho, e representou um momento qualificado de prestação de contas, transparência e diálogo institucional com esta Comissão.

Conforme analisado na Nota Técnica Nº. 11/2025, elaborada pela CECEL, os dados apresentados evidenciam avanços relevantes nos indicadores educacionais ao longo de 2024, com destaque para a melhoria progressiva dos resultados de aprendizagem, o fortalecimento das políticas de permanência escolar, a ampliação de ações voltadas à equidade e o aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação.

A reunião permitiu não apenas o acompanhamento dos resultados alcançados, mas também a identificação dos desafios persistentes e das estratégias de correção de rumos, reafirmando o papel da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer como instância técnica de fiscalização, análise crítica e indução de melhorias contínuas na política educacional de Pernambuco.

1.3. Reunião Solene

Entrega do Prêmio Prefeitura Amiga da Biblioteca, ao Município de Petrolina, que ocorreu em 21 de agosto de 2025, no Auditório Énio Guerra, dessa Casa Legislativa, em cumprimento a Resolução Nº 1.892, de 18 de janeiro de 2023.

2. Audiências Públicas

A audiência pública, no âmbito desta Comissão, reveste-se de notável importância por constituir instrumento legítimo de escuta social,

diálogo transparente e construção coletiva de soluções para os desafios que perpassam a educação, a cultura, o esporte e o lazer em Pernambuco.

É por meio desse espaço que comunidades, especialistas, gestores e parlamentares se encontram para compartilhar experiências, expor demandas, confrontar diagnósticos e pactuar caminhos, assegurando que cada decisão legislativa seja respaldada por vozes plurais e pela realidade concreta dos territórios. Assim, a audiência pública fortalece a democracia participativa e amplia a legitimidade das proposições desta Casa.

No decorrer do ano legislativo, foram realizadas duas Audiências Públicas:

2.1. Tema: O PL 2614/2024 - novo Plano Nacional de Educação (PNE) em 07 de maio. Configurou-se como marco fundamental na mobilização institucional e social em torno das políticas educacionais do país. Ao antecipar-se e promover esse debate com participação expressiva de representantes do Fórum Nacional de Educação, da sociedade civil organizada e do Ministério da Educação, nossa Comissão consolidou-se como protagonista regional no enfrentamento de temas estruturais como a criação do Sistema Nacional de Educação, a definição de metas nacionais (18 objetivos e 58 metas) e os mecanismos de financiamento e governança compartilhada. Esse protagonismo reforça o nosso compromisso com a democracia participativa e evidencia a capacidade de Pernambuco influenciar diretamente o aprimoramento e a legitimidade do PNE em tramitação no Congresso Nacional.

2.2. Tema: Encerramento das Atividades da Faculdade Damas e Crise nas Instituições de Ensino Superior em 09 de junho.

A realização dessa Audiência Pública evidenciou a postura vigilante e sensível da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer diante de um tema de impacto social profundo. Ao abrir espaço para escuta de professores, estudantes, gestores, sindicatos e representantes do setor educacional privado, nossa Comissão reafirmou o compromisso de ser ponte entre a comunidade acadêmica. Também a CECEL evidenciou que o poder público trabalha sempre buscando alternativas que assegurem o direito à educação, a proteção aos trabalhadores da educação superior e a defesa da qualidade do ensino em Pernambuco. Ser ponte nesse debate qualificou o posicionamento desta Casa frente aos desafios que ameaçam a sustentabilidade de faculdades confessionais, comunitárias e privadas em nosso estado.

3. Premiação

20º Concurso Público do Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco (RPV - PE)

3.1. Elaboração do ATO Nº 274/2025, de 21 de março, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde foi constituída à comissão para selecionar os candidatos a serem indicados por este Poder Legislativo para participarem do processo de seleção do concurso acima citado.

3.2. Divulgação institucional sobre o referido prêmio aos gabinetes parlamentares, recebimento e análise de material, seleção, inscrição no site do Mapa Cultural e a garantia da observância do princípio da publicidade do resultado do candidato indicado pela Assembleia Legislativa à Premiação do 20º Concurso Público do Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco (RPV - PE).

4. A importância da atuação itinerante e técnica da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

A atuação da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer transcende os limites físicos da Casa Legislativa, projetando-se de forma itinerante, técnica e institucional nos mais diversos espaços de diálogo, escuta e construção coletiva de políticas públicas. Essa presença ativa da CECEL em seminários, reuniões, conselhos, eventos culturais e encontros interinstitucionais fortalece a interlocução com gestores, conselheiros, especialistas e representantes da sociedade civil, qualificando o processo legislativo e ampliando a legitimidade das deliberações desta Comissão.

Ao participar de eventos externos e, sobretudo, ao organizar iniciativas próprias, a CECEL reafirma seu compromisso com o acompanhamento das políticas públicas educacionais e culturais, com a preservação do patrimônio cultural pernambucano e com a promoção de debates que dialoguem com as demandas reais dos territórios. Trata-se de uma Comissão viva, presente e propositiva, que atua de forma estratégica na articulação entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo e a sociedade.

4.1. Representação institucional da CECEL em Audiências Públicas externas

As Audiências Públicas representam espaço essencial de escuta, diálogo e participação social, por meio do qual a CECEL exerce seu papel institucional de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas.

4.1.1. Tema: Violência no Futebol - Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (DPPE) e gestores de segurança do futebol de Pernambuco. Data: 11 de março de 2025. Local: Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE) - Seccional Pernambuco. Promovida por: Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco (OAB-PE).

4.1.2. Tema: Educação especial/inclusiva nas escolas particulares com atuação no Recife, ano escolar de 2025. Data: 30 de abril de 2025. Local: Auditório do Colégio Salesiano do Recife. Promovida por: Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

4.1.3. Tema: Educação Especial na Rede Municipal de Ensino do Recife: desafios, reflexões e melhorias, após o Decreto nº 36.309/2023. Data: 28 de maio de 2025. Local: Auditório do Colégio Salesiano do Recife. Promovida por: Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

4.2. Organização e participação da CECEL em seminários e colóquios

A participação e a organização de seminários e colóquios constituíram importante espaço de formação, debate técnico e aprofundamento conceitual sobre temas estruturantes das políticas educacionais e culturais.

4.2.1. Tema: Primeiro Seminário do Projeto Fortalecer Cultural.

Data: 21 de março de 2025. Local: Auditório Énio Guerra, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Promovido por: Ministério Público de Pernambuco (MPPE), no âmbito do Projeto Fortalecer Cultural.

4.2.2. Tema: Colóquio de lançamento do balanço do Plano Estadual de Educação de Pernambuco, com foco na Meta 2.

Data: 30 de junho de 2025. Local: Evento virtual, em plataforma digital (YouTube). Promovido por: Projeto Escolas Seguras e Acolhedoras para Meninas e Jovens Mulheres de Pernambuco (ESA), com apoio do Fundo Malala, e realização conjunta de entidades parceiras.

4.2.3. Tema: Seminário sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2024 - 2034.

Data: 04 de agosto de 2025. Local: Auditório Sérgio Guerra, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Promovido por: Comissão Especial responsável pela análise do Plano Nacional de Educação (PNE).

4.2.4. Tema: Seminário "Metodologias Participativas de Identificação e Proteção de Referências Culturais".

Data: 24 de setembro de 2025.

Local: Auditório Sérgio Guerra, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Promovido por: Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (CECEL) com a participação especial do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco (CEPPC-PE).

4.2.5. Tema: Diálogos Culturais - "O que é mesmo Patrimônio Cultural?" (1º módulo).

Data: 13 de novembro de 2025.

Local: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (turno da tarde).

Promovido por: Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (CECEL), em articulação institucional com o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (CEPPC-PE), com participação da Escola do Legislativo de Pernambuco.

4.4. Participação da CECEL em Reuniões e Plenárias Institucionais

A atuação em reuniões e plen

Data: 08 de outubro de 2025.

Local: Sala de Reuniões das Comissões da ALEPE

Promovida por: Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Assembleia Legislativa de Pernambuco (CECEL).

4.4.4. Tema: Reunião ordinária do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco (CEPPC-PE).

Data: 13 de novembro de 2025.

Local: Sala de Reuniões das Comissões da ALEPE.

Organizada por: Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco.

4.4.5. Tema: Reunião ordinária do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco (CEPPC-PE), com a presença da Secretaria de Cultura, Cacau de Paula.

Data: 27 de novembro de 2025.

Local: Sala de Reuniões das Comissões da ALEPE.

Promovida por: Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco.

4.4.6. Tema: Reunião sobre o Plano Nacional de Educação, com representante do Instituto Livre para Escolher (LPE)

Data: 17 de dezembro de 2025.

Local: Salvador, Bahia (BA).

Promovida por: Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Instituto Livre para Escolher

4.5. Organização e participação da CECEL em sessões solenes e atos institucionais

As sessões solenes e os atos institucionais constituem momentos formais de reconhecimento, valorização e fortalecimento das políticas públicas, nos quais a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer se faz presente como instância representativa do Poder Legislativo.

4.5.1. Tema: Sessão Solene de entrega do Prêmio Prefeitura Amiga da Biblioteca à Biblioteca Municipal Gil Carvalho do município de Petrolina.

Data: 21 de agosto de 2025.

Local: Auditório Énio Guerra, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Organizada por: Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Assembleia Legislativa de Pernambuco (CECEL).

Município homenageado: Petrolina.

4.5.2. Tema: Sessão Solene em homenagem ao Gestor Escolar.

Data: 12 de novembro de 2025.

Local: Auditório Sérgio Guerra, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Promovida por: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, por iniciativa do Deputado Estadual Renato Antunes, com participação da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (CECEL).

4.6. Participação da CECEL em eventos culturais e temáticos

A participação da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer em eventos culturais e temáticos reforça sua representatividade institucional e seu compromisso com a valorização da cultura, o diálogo e o fortalecimento das políticas públicas culturais em Pernambuco.

4.6.1. Tema: Comemorações dos 80 anos do Arquivo Público de Pernambuco, com participação em mesa de debates.

Data: 03 de dezembro de 2025.

Local: Arquivo Público de Pernambuco no Recife - Jordão Emerenciano

Promovido por: Arquivo Público de Pernambuco.

4.6.2. Tema: 4ª TEIA Estadual dos Pontos de Cultura de Pernambuco - Pontos de Cultura pela Justiça Climática.

Data: 10 a 13 de dezembro de 2025.

Local: Hotel Canariú's e espaços correlatos, Gravatá (Agreste de Pernambuco).

Promovido por: Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Cultura de Pernambuco, em parceria com o Ministério da Cultura.

4.7. Participação da CECEL em visitas técnicas institucionais

As visitas técnicas institucionais constituem instrumento essencial para o acompanhamento das políticas públicas educacionais em sua dimensão territorial. Nesse contexto, destaca-se a ação inédita desta Comissão ao atender às necessidades específicas de uma escola insular, a Escola de Referência em Ensino Médio de Fernando de Noronha, rompendo com uma atuação restrita ao contexto urbano e ampliando o olhar da CECEL para realidades educacionais de comunidades rurais e insulares. A iniciativa permitiu conhecer de forma direta os desafios pedagógicos, estruturais e de gestão enfrentados por uma comunidade escolar singular, reafirmando o compromisso da Comissão com a equidade, a interiorização das políticas públicas e a escuta qualificada de toda geografia de Pernambuco.

4.7.1. Tema: Visita técnica à Escola de Referência em Ensino Médio no Arquipélago de Fernando de Noronha.

Data: 18 de agosto de 2025.

Local: Escola de Referência em Ensino Médio, Arquipélago de Fernando de Noronha.

Promovida por: Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Assembleia Legislativa de Pernambuco (CECEL).

5. Resumo Anual de Atividades Legislativas da CECEL

Atividades	Total
Projetos Distribuídos	545
Projetos Discutidos	278
Projetos Aprovados	264
Projetos retirados de Pauta	14
Projetos em tramitação	267
Reuniões Ordinárias	11
Reunião Extraordinária	4
Audiências Públicas Realizadas	2
Representação da CECEL em Audiências Públicas	3
Visitas técnicas institucionais	1
Participação em Seminários e Eventos Institucionais	13
Eventos organizados pela CECEL (Diálogos Culturais)	1
(em 2 módulos)	

COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ATIPICIDADES

DEPUTADO GILMAR JÚNIOR - PRESIDENTE
DEPUTADO SILENO GUEDES - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:

DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO
DEPUTADO NINO DE ENOQUE
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS

SUPLENTES:

DEPUTADO ABIMAEI SANTOS
DEPUTADO ADALTO SANTOS
DEPUTADA DANI PORTELA
DEPUTADO JÓAO DE NADEGI
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO

1. REUNIÕES: 06

Atividades	Total
Reuniões Ordinárias e Extraordinárias	06
Audiências Públicas e Seminários	07
Escutas Técnicas	20
Total de Projetos Recebidos para Análise	156
• Projeto de origem do Poder Legislativo	156
• Total de Projetos Distribuídos	156
• Total de Proposições Aprovados	30
• Projeto de Lei Ordinária aguardando CCLJ	126
• Projeto de Lei Ordinária aguardando CDPDA	0

2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: 03

2.1 Tema: Políticas Públicas de Saúde para Pessoas com Autismo.

Data: 29/04/2025

Local: Alepe - Auditório Senador Sérgio Guerra.

Objetivos: debater a grave carência de recursos e serviços para o atendimento de pessoas com autismo no estado, com base em diagnóstico do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE PE) e coletar recomendações de entidades, órgãos públicos e parlamentares para reverter o cenário.

2.2 Tema: 10 anos da União de Mães de Anjos em Pernambuco: UMA década de resistência.

Data: 30/05/2025

Local: Alepe - Auditório Senador Sérgio Guerra.

Objetivos: avaliar o legado de uma década desde o surto, destacando os caminhos percorridos e os desafios atuais enfrentados por pessoas com microcefalia; e reconhecer formalmente o trabalho da União de Mães de Anjos na assistência e acolhimento dessas famílias.

2.3 Tema: Aquisição e Distribuição de Medicamentos pela Farmácia do Estado para a População Neurodivergente - Audiência Pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e com a Comissão de Saúde e Assistência Social.

Data: 11/06/2025

Local: Alepe - Auditório Senador Sérgio Guerra.

Objetivos: debater a aquisição e distribuição de medicamentos pela Farmácia do Estado destinados à população neurodivergente, diante de uma grave crise de desabastecimento que perdura desde julho de 2024; buscar soluções emergenciais a fim de assegurar o direito à saúde para pessoas com necessidades específicas; e garantir o acesso justo e contínuo aos medicamentos essenciais, não como favor, mas como um direito garantido constitucionalmente.

3. SEMINÁRIOS E PALESTRAS: 04

Data: 25 de agosto de 2025 (Manhã).

Temática: Comunicação Digital Acessível.

Palestrantes: Daniela Rorato e Raissa Maria.

Local: Auditório Sérgio Guerra - I Semana da Pessoa com deficiência da Alepe.

Data: 25 de agosto de 2025 (Manhã).

Temática: Anticapacismo.

Palestrante: Dra. Viviane Guimarães.

Local: Auditório Sérgio Guerra - I Semana da Pessoa com deficiência da Alepe.

Data: 25 de agosto de 2025 (Tarde).

Temática: Dez anos da Lei Brasileira de Inclusão: avanços e desafios.

Palestrante: Dra. Juliana Salazar, Procuradora da Alepe.

Local: Auditório Énio Guerra - I Semana da Pessoa com deficiência da Alepe.

Data: 26 de agosto de 2025 (Manhã).

Temática: Seminário sobre os 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão.

Palestrantes: Dra. Carolina Ferraz, Raissa Maria e Mariana Freitas.

Local: Auditório Énio Guerra - I Semana da Pessoa com deficiência da Alepe.

Data: 21 de outubro de 2025.

Temática: Comunicação Aumentativa e Alternativa.

Palestrantes: Professoras doutoras da UFPE, Ana Cristina Montenegro, Rafaella Asfora e Bianca Queiroga.

Local: Auditório Sérgio Guerra, Alepe.

Data: 23 de outubro de 2025.

Temática: Deficiência, Direitos Humanos e Psicofobia: Os Estigmas da Diferença.

Palestrantes: Professora doutora Carolina Valença Ferraz, da Universidade Católica de Pernambuco, e outros colaboradores e co-autores.

Local: Auditório Sérgio Guerra, Alepe.

4. ESCUTAS À SOCIEDADE - quantidade 21;

A Comissão promove escutas inclusivas semanalmente com entidades de atenção à pessoa com deficiência de todo o estado. É um momento de estreitamento com a sociedade civil, numa forma de ouvir e identificar as lacunas e os conteúdos que serão a base para criação de novas políticas públicas.

"Nada Sobre Nós Sem Nós", o maior lema da comunidade com deficiência, serve para definir este serviço promovido pela Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência e Atipicidades, uma vez que não seria possível criar políticas públicas sem uma escuta generosa e aprofundada de quem vive a deficiência em 24 horas.

Ao longo deste semestre de atividades foram promovidas escutas e interações com as seguintes entidades:

- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Atipicidades - CONED;
- Juntas Somos + Fortes;
- Mobiliza TEA;
- Grupo Down +;
- União de Mães de Anjos em Pernambuco - UMA;
- AMAR - Aliança de Mães e Famílias Raras;
- Associação de Doenças Neuromusculares de Pernambuco - DONEM;
- Liga Neural;
- Coletivo Autistas Adultos;
- Mães e Pais Atípicos - MAPE;
- Mônica Araújo - Advogada;
- Movimento Mães Atípicas da Polícia Militar;
- Projeto do Trato ao Trote Equoterapia;
- Vivendo com Autismo;
- Ministério Público do Trabalho - Dr. Fernando Sampaio;
- Grupo de Mães de Crianças Especiais de Pernambuco;
- Associação de Apoio as Pessoas com Epilepsia de Pernambuco - AMAPE;
- Grupo Mães Estrelas - Mães Atípicas de Fernando de Noronha.
- Mães de Crianças Especiais de Pernambuco;
- Associação de Pessoas com Deficiência de Ouricuri;
- Mães da Polícia Militar;
- Movimento Comunitário Recife;
- Mães de Estrelas, em Fernando de Noronha.

5. PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS - quantidade 07;

Data: 20 de fevereiro de 2025.

Evento: Lançamento do PERNAMBUCO ACESSÍVEL, programa de inclusão e acessibilidade.

Instituição: Governo do Estado de Pernambuco.

Local: Palácio do Campo das Princesas.

Data: 04 de abril de 2025.

Evento: Inauguração da nova sala multisensorial no Aeroporto Internacional do Recife.

Instituição: Ministério de Portos e Aeroportos.

Local: Aeroporto Internacional do Recife.

Data: 13 de maio de 2025.

Evento: I Simpósio de Fibromialgia da Alepe.

Instituição: Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Local: Auditório Senador Sérgio Guerra.

Data: 14 de maio de 2025.

Evento: III Semana da Luta Antimanicomial Marcela Lucena.

Instituição: Centro Universitário Frassinetti do Recife (UniFAFIRE).

Local: Auditório da UniFAFIRE.

Data: 2

Evento: Passeata Pernambucana de Surdos.
 Instituição: Associação de Surdos de Pernambuco (ASSPE).
 Tema: Resistência, Luta e Protagonismo: Os direitos dos surdos 20 anos de história.
 Trajeto: Praça do Derby - Avenida Conde da Boa Vista - até a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO ANIMAL

DEPUTADA ROSA AMORIM - PRESIDENTE
 DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
 DEPUTADO DANNILO GODOY
 DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO
 DEPUTADO JARBAS FILHO

SUPLENTES:
 DEPUTADO DIOGO MORAES
 DEPUTADO FRANCE HACKER
 DEPUTADO JOÃO PAULO
 DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL
 DEPUTADO LUCIANO DUQUE

1. REUNIÕES

Reuniões Extraordinárias: 02
 Instalação e Eleição: Presidente - Vice-Presidente

RE CMASPA 17.02.2025 - Instalação
 RE CMASPA 18.02.2025 - Eleição

Reuniões Ordinárias: 06
 Distribuição e Discussão de Projetos e Deliberações

RO CMASPA 01.04.2025
 RO CMASPA 13.05.2025
 RO CMASPA 17.06.2025
 RO CMASPA 02.09.2025
 RO CMASPA 07.10.2025
 RO CMASPA 16.12.2025

2. AUDIENCIAS PÚBLICAS - CMASPA: 05

AP CONJ. CCDHPP - CMASPA 24.04.20225 - Auditório Sergio Guerra - ALEPE
"PESCADORAS ARTESANAS: A LUTA POR TRABALHO DIGNO, SAÚDE E TERRITÓRIO LIVRE"

AP CMASPA 05.06.2025 - Auditório da Câmara de Vereadores - Caruaru PE
"ÁGUA NO AGRESTE: DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS"

AP CMASPA 19.08.2025 - Auditório Sergio Guerra - ALEPE
"ESCOLA DE SARGENTOS E ARCO VIÁRIO METROPOLITANO TRACADO NORTE"

AP CMASPA 17.10.2025 - Auditório do Colégio Barbara Alencar - EXU PE
"AUDIÊNCIA PÚBLICA EM DEFESA DA CHAPADA DO ARARIPE"

AP CMASPA 29.10.2025 - Auditório Sergio Guerra - ALEPE
"FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DOS QUILOMBOS: POR TERRA E TERRITÓRIO EM PERNAMBUCO."

3. VISITAS TÉCNICAS, OFICINAS E FEIRA AGROECOLÓGICA, ESCUTAS, SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÃO E OUTROS: 08

- EXPOSIÇÃO CMASPA 02 a 06.06.2025 (SEMANA DO MEIO AMBIENTE 2025)
 Exposição: "Parque Dois Irmãos: O Coração Pernambucano" Hall do Edif. Miguel Arraes na ALEPE.

- FEIRA AGROECOLÓGICA CMASPA 02 a 04.06.2025 (SEMANA DO MEIO AMBIENTE 2025)
 Rua da União, Boa Vista (Em frente a ALEPE)

- SEMINÁRIO CMASPA 02.06.2025 (SEMANA DO MEIO AMBIENTE 2025)
 "Desafios da Agenda Ambiental no Brasil e em Pernambuco" Auditório Sérgio Guerra - ALEPE

- PLANTIO NO MANGUE CMASPA 03.06.2025 (SEMANA DO MEIO AMBIENTE 2025)

"Manguezal Vivo: Plantio de Mudas de Mangue no Recife"
 Margens do Rio Capibaribe na Rua da Aurora - Em frente ao Ginásio Pernambucano.

- FÓRUM CMASPA 03.06.2025 (SEMANA DO MEIO AMBIENTE 2025)
 "Fórum Estadual do Lixo e Cidadania" - Auditório Sérgio Guerra - ALEPE

- OFICINA CMASPA 04.06.2025 (SEMANA DO MEIO AMBIENTE 2025)

"Agrofloresta no Roçado Solidário" Assentamento Che Guevara - Moreno PE

- ESCUTA PÚBLICA CMASPA 06.06.2025 (SEMANA DO MEIO AMBIENTE 2025)

"Os Desafios Ambientais do Sertão de Itaparica" IF Sertão - Floresta PE

- VISITA TÉCNICA E ESCUTA COMUNITÁRIA CMASPA 26.11.2025

Complexo do Prado" Sítio Ágatha - Tracunhaém PE

4. CONFERÊNCIAS:

- Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 - COP30

A Comissão de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal - CMASPA / ALEPE esteve presente na COP30, por meio de representação oficial da sua presidente, a Deputada Estadual Rosa Amorim no período de 12 a 15/11/2025 em Belém PA. Participando de diversas atividades:

❖ Barqueata - Cúpula dos Povos;

❖ Encontro Intergerencial de alto nível pela ação Climática Global;

❖ Encontro Temático: Cidades que cuidam - Mulheres Parlamentares pela adaptação Climática Urbana;

❖ Espaço MST - Transição Energética e Reforma Agrária Popular: Caminhos para Soberania e Justiça Socioambiental;

❖ Mesa de Lançamentos Internacionais do Guia de Incidência Juvenil dos Semiáridos em parceria com a Embaixada da Suíça;

❖ Marcha Global Unificada;

- Conferência Estadual do Meio Ambiente 2025

13 de março de 2025, no Centro de Convenções de Pernambuco - Olinda PE

- Conferência Nacional do Meio Ambiente 2025

6 a 9 de maio de 2025 - Brasília DF

- II Conferência Caatingueira do Clima

6 a 8 de novembro de 2025 - Serra Talhada PE

5. QUADRO RESUMO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA CMASPA - 2025

- RO CMASPA - Distribuição e Discussão de Projetos

PROJETOS DISTRIBUÍDOS	172
PROJETOS APROVADOS	64
REUNIÕES ORDINÁRIAS	06
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	02
AUDIENCIAS PÚBLICAS	05
ESCUTAS COMUNITÁRIAS	02
EVENTOS SETORIAIS	12
PLANTIO/REFORESTAMENTO	03

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

DEPUTADO LUCIANO DUQUE - PRESIDENTE
 DEPUTADO NINO DE ENOQUE - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
 DEPUTADO CLAUDIO MARTINS FILHO
 DEPUTADO FRANCE HACKER
 DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE

SUPLENTES:
 DEPUTADO AGLAILSON VICTOR
 DEPUTADO ANTONIO COELHO
 DEPUTADO DANNILO GODOY
 DEPUTADO DORIEL BARROS
 DEPUTADA ROSA AMORIM

1. Reuniões: 04

1.1 Reuniões Extraordinárias: 01

Instalação da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural para o biênio 2025-2026

Reunião realizada no dia 18 de fevereiro

1.2 Reuniões Ordinárias: 03

Distribuição e discussão de Projetos

Reuniões realizadas nos dias 6 de maio, 12 de agosto e 9 de dezembro

2. Audiências Públicas: 02

2.1 A crise no setor canavieiro em Pernambuco

Data: 01/12/2025

Local: Alepe - Auditório Senador Sérgio Guerra.

Objetivos: Discutir sobre a crise do setor canavieiro no Estado de Pernambuco, levando-se em consideração a relevância do tema para a cadeia produtiva do Estado, uma vez que Pernambuco é o maior produtor no Nordeste.

Discussindo assim, formas de amenizar a crise para manter empregos e o custeio da safra.

Demandas e Encaminhamentos: Elaboração de um documento com as demandas, pedidos e apelos solicitados para ser entregue ao Presidente Lula e à Governadora do Estado, Raquel Lyra.

2.2 O Ramal de Entremontes

Data: 18/12/2025

Local: Alepe - Auditório Énio Guerra

Objetivos: Debater sobre o projeto que é braço estratégico da transposição do rio São Francisco, tema tão importante e de clamor coletivo de uma região que não aceita mais viver com incertezas em relação à água.

Projeto este que foi pensado para levar água de forma estruturante para o abastecimento humano, fortalecimento da agricultura, gerando trabalho, renda e dignidade.

Demandas e Encaminhamentos: Foi entregue uma cópia de ofício enviado em resposta a solicitação de inclusão da Obra do Ramal do Entremontes no plano de metas e ações prioritárias do Governo Federal para que seja anexado à Ata desta reunião de Audiência Pública.

Solicitação de criação de uma Frente Parlamentar dedicada ao Ramal de Entremontes, que deverá começar a atuar a partir de fevereiro de 2026.

3. Projeto destacado discutido pela CAPDR em 2025

3.1 Substitutivo 01/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 892/2023, de autoria da Deputada Rosa Amorim. (Ementa: Altera a Lei nº 16.888, de 3 de junho de 2020, que institui o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PEAFF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar, de produtos da bacia leiteira e da economia solidária, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, a fim de prever a compra institucional de sementes e mudas culturais locais ou crioulas.)

3.2 Projeto de Lei Ordinária nº 938/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel. (Ementa: Institui a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis de Pequeno Porte no Estado de Pernambuco e dá outras providências).

3.3 Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1082/2023, de autoria do Deputado Romero Albuquerque. (Ementa: Dispõe sobre a proibição da queima de lixo em áreas urbanas e rurais, no estado de Pernambuco).

3.4 Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2026/2024, de autoria do Deputado Doriel Barros. (Ementa: Altera a Lei nº 18.003, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa de Proteção à Saúde do Trabalhador Rural Exposto à Radiação Ultravioleta no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Roberta Arraes, a fim de incluir o estabelecimento de iniciativas que viabilizem o fornecimento de protetores solares aos agricultores familiares, bem como aos trabalhadores assalariados rurais).

3.5 Substitutivo 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1629/2024, de autoria do Deputado Danilo Godoy.(Ementa: Institui o Programa de Incentivo à Produção de Leite e seus derivados no Estado de Pernambuco).

3.6 Projeto de Lei Ordinária nº 1088 /2023, de autoria da Deputada Dani Portela. (Ementa: Institui a Política Estadual de Fortalecimento do Direito à Moradia e Prevenção de Remoções e Despejos Violentos no Estado de Pernambuco).

3.7 Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2644/2021 (desarquivado), de autoria do Deputado Romero Albuquerque. (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, para vedar ameaça ou constrangimento aos animais).

3.8 Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 552/2023, de autoria do Deputado Willibrando. (Ementa: Cria a Política de Incentivo ao saneamento básico de áreas rurais mediante a instalação de Fossas Sépticas Biodegradáveis e Jardins Filtrantes no âmbito do Estado de Pernambuco).

3.9 Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2417/2024, de autoria do Deputado Gilmar Junior. (Ementa: Altera a Lei nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências, a fim de inserir culturas agrícolas que atuem na descontaminação do solo em aterros sanitários, depósitos controlados e/ou espaços).

3.10 Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2441/2024, de autoria da Deputada Débora Almeida. (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo a Eventos Agropecuários e estabelece normas e parâmetros para a destinação de recursos públicos estaduais para estes eventos).

4. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CAPDR - 2025

Atividades	Total
Reuniões Ordinárias e Extraordinárias	04
Audiências Públicas	02
Grupo de Trabalho	00
Projetos Recebidos e distribuídos para Análise	56
Proposições Aprovadas	31
● Projeto de Lei Ordinária	07
● Substitutivos	21
● Emendas	03
Proposições Retiradas de Pauta	01
Projetos Rejeitados	00

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPUTADO SILENO GUEDES - PRESIDENTE

DEPUTADO ADALTO SANTOS - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
 DEPUTADO ABIMAI SANTOS
 DEPUTADO GILMAR JÚNIOR
 DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL

SUPLENTES:
 DEPUTADO ANTONIO COELHO
 DEPUTADO EDSON VIEIRA
 DEPUTADO JOÃO DE NADEGI
 DEPUTADO JOÃO PAULO
 DEPUTADA SIMONE SANTANA

Reuniões	Total

<tbl_r cells="2

1. Audiências Públicas:

As audiências públicas realizadas durante o ano de 2025 constituíram um dos principais instrumentos de diálogo, transparéncia e participação social da Comissão de Saúde e Assistência Social. Por meio delas, foi possível aprofundar debates, ouvir especialistas, gestores, representantes de entidades e cidadãos, além de subsidiar a atuação legislativa com informações qualificadas e percepções diretamente relacionadas às demandas da população pernambucana. Os temas discutidos refletiram as prioridades e desafios das políticas de saúde e assistência social no Estado, assegurando a construção coletiva de diagnósticos, propostas e encaminhamentos que fortalecem o controle social e orientam a tomada de decisões no âmbito parlamentar.

As audiências realizadas no decorrer do ano trataram das seguintes temáticas:

1.1 Apresentação do Relatório de Gestão da Saúde no Estado, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2024 - Audiência para apresentação dos resultados da gestão estadual da saúde referentes ao último quadrimestre de 2024.

Data: 26.03.2025

Local: Auditório Senador Énio Guerra - Alepe;

1.2 Aquisição e Distribuição de Medicamentos Pela Farmácia do Estado para Pacientes Neurodivergentes - Debate realizado em conjunto com as Comissões de Defesa da Pessoa com Deficiência e de Desenvolvimento Econômico e Turismo, voltado a discutir a regularidade no fornecimento de medicamentos essenciais para pessoas neurodivergentes, identificando falhas na logística, na gestão de estoques e na comunicação com usuários. O debate promoveu sugestões para garantir acesso contínuo e mais eficiente aos tratamentos.

Data: 11.06.2025

Local: Auditório Senador Sérgio Guerra - Alepe;

1.3 Junho Vermelho - Conscientização e Incentivo à Doação e Transfusão de Sangue - Iniciativa alinhada à campanha nacional, destinada a reforçar a importância da doação voluntária de sangue e a necessidade de ampliar os estoques dos hemocentros.

Data: 16.06.2025

Local: Auditório Senador Sérgio Guerra - Alepe

1.4 Apresentação do Relatório de Gestão da Saúde no Estado, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2025 - Audiência destinada à exposição dos indicadores do primeiro quadrimestre de 2025, com detalhamento da execução orçamentária, evolução dos programas e desafios enfrentados.

Data: 18.06.2025

Local: Auditório Senador Énio Guerra - Alepe

1.5 Políticas Públicas de Saúde para as Populações Vulnerabilizadas - Audiência dedicada à análise das desigualdades no acesso à saúde por grupos vulnerabilizados, como pessoas em situação de rua, população cigana/Romani, indígena, negra, LGBTQIAPN+, populações do campo, da floresta e das águas. Foram discutidos gargalos, estratégias de acolhimento e propostas para fortalecer políticas intersetoriais e ampliar o alcance dos serviços de saúde.

Data: 06.08.2025

Local: Auditório Senador Sérgio Guerra - Alepe

1.6 Panorama da Saúde Bucal em Pernambuco - Audiência voltada a avaliar a situação da saúde bucal no estado, incluindo cobertura da atenção básica, oferta de serviços especializados, desafios na reposição de insumos e a necessidade de ampliação das equipes de saúde bucal. Foram apresentados dados e sugestões para melhorar a assistência odontológica na rede pública.

Data: 25.09.2025

Local: Auditório Senador Sérgio Guerra - Alepe

1.7 Saúde do Trabalhador - O encontro debateu as condições de saúde e segurança no trabalho, destacando riscos ocupacionais, adoecimento laboral e a necessidade de reforço das ações de vigilância. Também foram analisados dados sobre acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, com recomendações para aprimorar a rede de atenção integral ao trabalhador.

Data: 06.10.2025

Local: Auditório Senador Sérgio Guerra - Alepe

1.8 Apresentação do Relatório de Gestão da Saúde no Estado, referente ao Segundo Quadrimestre de 2025 - Audiência dedicada à exposição dos indicadores do segundo quadrimestre de 2025, com apresentação da execução orçamentária e das principais ações da Secretaria de Saúde.

Data: 09.10.2025

Local: Plenário III - Alepe

1.9 Vinte Anos do SUAS: Desafios Atuais da Assistência Social em Pernambuco - Debate celebrado pelos 20 anos do Sistema Único de Assistência Social, com foco na evolução das políticas socioassistenciais, desafios na oferta de serviços, financiamento e valorização da rede de proteção. Foram discutidas estratégias para fortalecer o SUAS frente às novas demandas sociais.

Data: 14.10.2025

Local: Auditório Senador Sérgio Guerra - Alepe

1.10 O Protocolo de Diabetes em Pernambuco e as Dificuldades de Acesso ao Tratamento - Audiência dedicada à análise do Protocolo de Diabetes do estado, abordando dificuldades de acesso a consultas especializadas, medicamentos e exames. A sociedade civil, profissionais de saúde e gestores apontaram entraves e apresentaram propostas para aprimorar o cuidado às pessoas com diabetes na rede pública.

Data: 17.11.2025

Local: Auditório Senador Sérgio Guerra - Alepe

Dante da diversidade de temas abordados e da ampla participação de representantes do poder público, especialistas e da sociedade civil, as audiências públicas realizadas em 2025 reafirmaram o papel da Comissão de Saúde e Assistência Social como espaço permanente de escuta, debate qualificado e mediação institucional. Os encontros possibilitaram não apenas a identificação de desafios estruturais e conjunturais das políticas de saúde e assistência social em Pernambuco, mas também a construção de encaminhamentos concretos, capazes de subsidiar a atuação fiscalizadora e legislativa da Comissão.

Audiências	Total
Audiências Públicas	10

2. Proposições Legislativas:

Em 2025, a Comissão de Saúde e Assistência Social manteve ritmo intenso de análise das matérias relacionadas à sua temática. No total, 326 proposições foram distribuídas, das quais 146 foram discutidas e aprovadas, sem nenhuma rejeição. As proposições trataram de temas como transparéncia na gestão de medicamentos, proteção de pessoas com doenças crônicas e raras, fortalecimento da rede de atenção e ampliação de direitos no âmbito das políticas públicas do Estado.

Proposições	Total
Proposições Distribuídas	326
Proposições Discutidas	146
Proposições Retiradas de Pauta	7
Proposições Aprovadas	146
Proposições Rejeitadas	0

3. Destaques:

Ao longo de 2025, a Comissão de Saúde e Assistência Social acompanhou de perto os acontecimentos, no tocante à saúde e assistência social em Pernambuco, realizando ações com o propósito exercer seu papel fiscalizador, garantindo transparéncia, controle social e resposta rápida a situações que impactam na saúde pública. Entre elas, destaca-se a convocação da Secretaria de Saúde do Estado, Dra. Zilda do Rego Cavalcanti, para prestar esclarecimentos sobre o acidente envolvendo o elevador do Hospital da Restauração Governador Paulo Guerra, os investimentos destinados às reformas e ampliações dos grandes hospitais, e o andamento das obras e a aplicação dos recursos orçamentários na rede estadual de saúde. A convocação, proposta pelo Deputado Antônio Coelho, reforçou o compromisso da Comissão com a transparéncia e o controle das ações governamentais. Outro momento relevante foi o convite à Diretora da APEVISA, Karla Baêta, para apresentar informações detalhadas sobre os casos suspeitos de intoxicação por metanol no Estado, que resultaram em óbitos. Na ocasião, a Comissão solicitou esclarecimentos urgentes sobre as medidas de fiscalização, procedimentos administrativos instaurados, rastreabilidade dos produtos envolvidos e orientações repassadas aos municípios e à população, demonstrando atenção imediata a situações de risco sanitário.

Durante as reuniões ordinárias, a Comissão também analisou e deliberou sobre diversas matérias legislativas de impacto, incluindo proposições relacionadas à transparéncia na gestão de medicamentos, ao fortalecimento das políticas de proteção a pessoas com doenças crônicas e raras, ao atendimento prioritário para pessoas com TEA, à ampliação da política de doação de sangue e leite materno, a instituição da Política Estadual de Saúde Bucal no Estado de Pernambuco, estabelecendo, pela primeira vez, um marco legal estruturado para a Política Estadual de Saúde Bucal (PESB-PE), além da criação e/ou aperfeiçoamento de tantas outras políticas estaduais de saúde e assistência social. A avaliação criteriosa dessas matérias garantiu avanços normativos importantes e contribuiu para aprimorar a qualidade das políticas públicas discutidas no âmbito da Assembleia Legislativa.

A Comissão de Saúde e Assistência Social, por meio de sua presidência, também se fez presente em eventos setoriais, a exemplo da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social de Goiana, em 24 de julho, e da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco, realizada em 23 de setembro deste ano. Nesses eventos, foi possível debater temas como os 20 anos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) junto a representantes do Governo de Pernambuco, de prefeituras municipais, do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas), do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), da Universidade Federal de Pernambuco e de outras instituições.

4. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CSAS - Ano de 2025

Atividades	Total
Proposições Recebidas	326
Proposições Distribuídas	326
Proposições Discutidas	146
Reuniões Ordinárias	7
Reuniões Extraordinárias	2
Audiências Públicas	10
Eventos Setoriais	2

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DEPUTADA SIMONE SANTANA - PRESIDENTE
DEPUTADO JOÃO DE NADEGI - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO AGLAILSON VICTOR
DEPUTADO JEFERSON TIMÓTEO
DEPUTADO EDSON VIEIRA

SUPLENTES:
DEPUTADO ANTONIO COELHO
DEPUTADO DANNILO GODOY
DEPUTADO JOÃO PAULO
DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA
DEPUTADO SILENO GUEDES

1. REUNIÕES

Neste ano, a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação realizou um total de nove reuniões, sendo 02 Extraordinárias e 07 Ordinárias, que foram fundamentais para o bom andamento das atividades legislativas e para o avanço do debate em torno das políticas públicas. Essas reuniões representam um importante instrumento de trabalho da Comissão, contribuindo para a transparéncia, a articulação institucional e o fortalecimento da atuação parlamentar em favor do povo pernambucano.

Data	Reunião	Total
17/02/2025	Reunião Extraordinária - De Instalação.	01
25/02/2025	Reunião Extraordinária - Eleição para Presidente e Vice-Presidente.	01
19/03/2025	Reunião Ordinária para Distribuição e Discussão de Proposições.	01
23/04/2025	Reunião Ordinária para Distribuição e Discussão de Proposições.	01
10/06/2025	Reunião Ordinária para Distribuição e Discussão de Proposições.	01
27/08/2025	Reunião Ordinária para Distribuição e Discussão de Proposições.	01
30/09/2025	Reunião Ordinária para Distribuição e Discussão de Proposições.	01
26/11/2025	Reunião Ordinária para Distribuição e Discussão de Proposições.	01
16/12/2025	Reunião Ordinária para Distribuição e Discussão de Proposições.	01
TOTAL		09

2. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação recebeu 204 projetos para serem analisados nesta Comissão, onde 196 foram distribuídos, dos quais 100 foram discutidos. Com um total de 100 aprovações e nenhuma rejeição, o trabalho foi focado em promover avanços nas políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Proposição	Total
Proposições Recebidas	204
Proposições Arquivadas	08
Proposições Distribuídas	196
Proposições Discutidas	100
Proposições Aprovadas	100

3. REUNIÃO SOLENE

• 23 DE OUTUBRO DE 2025 - Homenagem Póstuma aos Notáveis Cientistas De Pernambuco - Lei Nº 13.176/2006

A física Dra. Helen Jamil Khouri Asfora, a pianista Dra. Elyanna Silveira Varejão Caldas e O médico Dr. Nicodemos Teles de Pontes Filho.

Homenagem póstuma de honra do Memorial:
O astrônomo Jorge Marcgrave.

4. LEIS ESTADUAIS

Segue abaixo a Relação de Legislação Estadual de 2025, proveniente de Projetos de Leis que tramitaram nesta Comissão Permanente.

LEIS SANCIONADAS EM 2025			EMENTA
Nº	PLO	LEI	EMENTA
01	PLO 3107/2022	LEI Nº 19.095/2025	Institui a Política Estadual Conecta PE em áreas urbanas no âmbito do Estado de Pernambuco.
02	PLO 3261/2022	LEI Nº 18.849/2025	Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de prever plataforma de acesso e divulgação dos direitos das pessoas com TEA.
03	PLO 63/2023	LEI Nº 18.925/2025	Institui diretrizes para a promoção de políticas públicas de mobilidade metropolitana no Estado de Pernambuco.
04	PLO 74/2023	LEI Nº 17.083/2025	Institui o Cadastro Estadual de Pessoas Condenadas por Crimes contra a Dignidade Sexual, no âmbito do Estado de Pernambuco.
05	PLO 90/2023	LEI Nº 18.905/2025	Institui a Política Pública de Estímulo à Implantação das Tecnologias de Conectividade Móvel no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.
06	PLO 379/2023	LEI Nº 18.875/2025	Estabelece normas para a instalação de "Telhado Verde" nas edificações no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.
07	PLO 410/2023	LEI Nº 18.937/2025	Dispõe sobre a divulgação de orientações referente aos requerimentos de indenizações decorrentes de danos provocados por falta de manutenção das rodovias estaduais.
08	PLO 414/2023	LEI Nº 18.938/2025	Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, objetivos e diretrizes para o desenvolvimento do set

18	PLO 1242/2023	LEI Nº 18.954/2025	Institui a Política Pública Estadual de Combate ao Vício em Apostas Esportivas, Cassino e Jogos de Azar (ludopatia).
19	PLO 1541/2024	LEI Nº 18.957/2025	Altera a Lei nº 16.538, de 9 de janeiro de 2019, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes e da Deputada Socorro Pimentel, a fim de instituir novas medidas de proteção à pessoa com câncer.
20	PLO 1546/2024	LEI Nº 19.098/2025	Altera a Lei nº 18.493, de 11 de março de 2024, que institui a Política de Combate ao Trabalho Análogo à Escravidão no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, a fim de abarcar princípios, bem como o amparo a Trabalhadores Resgatados em Condição Análoga à de Escravo.
21	PLO 1551/2024	LEI Nº 18.832/2025	Altera a Lei nº 17.884, de 13 de julho de 2022, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Programa Código “Sinal Vermelho”, como medida de combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, a fim de incluir no âmbito de aplicação da lei o Código “Sinal de Vida”, como medida de combate e prevenção à violência contra pessoas em situação de vulnerabilidade.
22	PLO 1579/2024	LEI Nº 18.855/2025	Dispõe sobre a criação do Guia Turístico Virtual “Descubra Pernambuco” e dá outras providências.
23	PLO 1587/2024	LEI Nº 18.960/2025	Altera a Lei nº 16.003, de 19 de abril de 2017, que impõe a divulgação de cartilhas institucionais nas escolas públicas e privadas do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Augusto César, a fim de incluir em seu rol o Guia Alimentar para a População Brasileira e o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de dois anos, ambos do Ministério da Saúde, e a Cartilha do Transtorno do Espectro do Autismo, da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.
24	PLO 1628/2024	LEI Nº 18.961/2025	Altera a Lei nº 18.014, de 20 de dezembro de 2022, que estabelece a Política Estadual de Cuidados Paliativos no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, a fim de inserir a disponibilização do Manual de Cuidados Paliativos no sítio eletrônico de Secretaria de Estado ou outro material com a mesma finalidade.
25	PLO 1630/2024	LEI Nº 18.967/2025	Cria o Relatório Anual Socioeconômico das Mulheres Pernambucanas, no âmbito do Estado de Pernambuco.
26	PLO 1636/2024	LEI Nº 19.100/2025	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco (SJDHPE) disponibilizar em seu sítio eletrônico o Manual de Atuação dos Conselhos Tutelares e dá outras providências.
27	PLO 1645/2024	LEI Nº 18.962/2025	Institui a Política Estadual de Estímulo, Incentivo e Promoção da Economia Colaborativa no Estado de Pernambuco e dá outras providências.
28	PLO 1684/2024	LEI Nº 18.969/2025	Institui a Política Estadual de Formação e Capacitação Continuada de Mulheres para o Mercado de Trabalho no Estado de Pernambuco.
29	PLO 1688/2024	LEI Nº 18.970/2025	Institui os objetivos e as diretrizes para a Política Estadual de Atenção Integral às Imunodeficiências Primárias, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.
30	PLO 1692/2024	LEI Nº 18.814/2025	Determina a divulgação de cartilhas institucionais nos estabelecimentos assistenciais e de saúde, públicos ou privados, do Estado de Pernambuco.
31	PLO 1712/2024	LEI Nº 18.974/2025	Determina a disponibilização, no sítio eletrônico da Secretaria pertinente do Governo do Estado de Pernambuco, material informativo com orientações sobre saúde mental para profissionais da segurança pública.
32	PLO 1747/2024	LEI Nº 18.975/2025	Dispõe sobre a instituição da Política Pública Escola da Construção Civil no Estado de Pernambuco e dá outras providências.
33	PLO 1808/2024	LEI Nº 18.980/2025	Altera a Lei nº 17.657, de 10 de janeiro de 2022, que institui o Plano Estadual de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Doriel Barros, a fim de incorporar instrumentos específicos para impulsionar o desenvolvimento econômico e social da juventude rural.
34	PLO 1810/2024	LEI Nº 18.891/2025	Dispõe sobre a Política Estadual de Identificação Precoce da Leucemia em Pernambuco e dá outras providências.
35	PLO 1831/2024	LEI Nº 18.987/2025	Altera a Lei nº 16.991, de 6 de agosto de 2020, que consolida e amplia a Política Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado de Pernambuco, a fim de prever outros meios de acessibilidade.
36	PLO 1835/2024	LEI Nº 19.103/2025	Altera a Lei nº 15.622, de 19 de outubro de 2015, que dispõe sobre a afiação de cartaz informativo em local visível, de escolas e universidades públicas e privadas, com os números de telefone dos serviços de emergência disponíveis ao cidadão, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Henrique Queiroz, a fim de incluir o canal de denúncia Atende Libras.
37	PLO 1927/2024	LEI Nº 18.838/2025	Altera a Lei nº 18.440, de 27 de dezembro de 2023, que institui a Política Estadual do Empreendedorismo Jovem no Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Antônio Coelho, a fim de estabelecer diretrizes adicionais.
38	PLO 2027/2024	LEI Nº 18840/2025	Altera a Lei nº 14.090, de 17 de junho de 2010, que institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de determinar a adoção, pela Construção Civil, de projetos arquitetônicos ou de infraestrutura que promovam o adequado escoamento de águas pluviais em espaços públicos.
39	PLO 2050/2024	LEI Nº 18.850/2025	Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de ampliar a obrigatoriedade de remoção e coleta de equipamentos eletrônicos instalados no imóvel do consumidor.
40	PLO 2085/2024	LEI Nº 18.996/2025	Institui a Política Estadual de Incentivo à Implementação de Telhados Verdes no Estado de Pernambuco.
41	PLO 2092/2024	LEI Nº 18.998/2025	Institui a Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudas.
42	PLO 2136/2024	LEI Nº 19.001/2025	Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Atenção, Diagnóstico e Tratamento da Atrofia Muscular Espinal (AME) e dá outras providências.
43	PLO 2138/2024	LEI Nº 19.107/2025	Altera a Lei nº 16.003, de 19 de abril de 2017, que impõe a divulgação de cartilhas institucionais nas escolas públicas e privadas do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Augusto César, a fim de incluir a divulgação da Cartilha “Eu Me Protejo porque Meu Corpo é Meu”.
44	PLOs 2158/2024 e 2719/2525.	LEI Nº 19.108/2025	Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo aos Veículos Elétricos no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.
45	PLO 2165/2024	LEI Nº 19.004/2025	Institui a obrigatoriedade de disponibilização de Guia Intersetorial com orientações sobre serviços públicos e programas sociais da rede de atendimento a pessoas carentes ou em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Estado de Pernambuco.
46	PLO 2166/2024	LEI Nº 19.109/2025	Institui a Política Estadual de Estímulo, Incentivo e Promoção da Economia Colaborativa no Estado de Pernambuco e dá outras providências.
47	PLO 2178/2024	LEI Nº 19.006/2025	Determina a disponibilização, no sítio eletrônico da Secretaria pertinente do Governo do Estado de Pernambuco, Guia Intersetorial com material informativo e/ou educativo para controle da ansiedade e dá outras providências.
48	PLO 2189/2024	LEI Nº 19.007/2025	Altera a Lei nº 18.544, de 6 de maio de 2024, que dispõe sobre a prioridade de tramitação dos procedimentos administrativos que visem à investigação e apuração de crimes com resultado morte praticados contra crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Eriberto Filho, a fim de ampliar seu rol de aplicação.
49	PLO 2241/2024	LEI Nº 18.843/2025	Institui o Cadastro Estadual de Famílias de Baixa Renda e Vulnerabilidade Socioeconômica, no âmbito do Estado de Pernambuco.
50	PLO 2261/2024	LEI Nº 19.013/2025	Determina a disponibilização, no sítio eletrônico da Secretaria pertinente do Governo do Estado de Pernambuco, de material informativo acerca da conscientização e incentivo das Atividades Físicas para o fortalecimento da Saúde Neurológica, Mental e Vascular.
51	PLO 2420/2024	LEI Nº 19.023/2025	Institui o Cadastro Estadual de Agricultores Familiares no Estado de Pernambuco.
52	PLO 2600/2025	LEI Nº 19.073/2025	Dispõe sobre a divulgação das emendas parlamentares impositivas no Portal da Transparência do Governo do Estado de Pernambuco.
53	PLO 2725/2025	LEI Nº 19.079/2025	Cria, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Banco de Dados Estadual de Pacientes com fissura labiopalatina, e dá outras providências.

4. QUADRO RESUMO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - 2025

Proposição	Total
Proposições Recebidas	204
Proposições Distribuídas	196
Proposições Discutidas	100
Proposições Aprovadas	100
Proposições Arquivadas	08
Reuniões Ordinárias	07
Reuniões Extraordinárias	02
Leis sancionadas em 2025	53

COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

DEPUTADA DANI PORTELA - PRESIDENTE
DEPUTADO PASTOR JÚNIOR TÉRCIO - VICE-PRESIDENTETITULARES:
DEPUTADO JOÃO PAULO
DEPUTADO JOEL DA HARPA
DEPUTADA SIMONE SANTANASUPLENTES:
DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS
DEPUTADO RODRIGO FARIAS
DEPUTADA ROSA AMORIM
DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL

1. ATIVIDADES

1.1 Reuniões do Colegiado:

- 17/02/2025 - Reunião de Instalação da Comissão para o 2º Biênio (2025-2026);
- 18/02/2025 - Reunião de Eleição da presidência e vice-presidência da Comissão;
- 18/03/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos;
- 08/04/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos;
- 29/04/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos;
- 13/05/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos;
- 03/06/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos;
- 10/06/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos;
- 19/08/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos.
- 10/09/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos.
- 07/10/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos.
- 21/10/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos.
- 11/11/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos.
- 09/12/2025 - Reunião Extraordinária para escuta da comunidade que vive no entorno da Mata do Frio, em Paulista/PE.

1.2 Audiências Públicas:

- 24/04/2025 - Pescadoras Artesanais: a luta por trabalho digno, saúde e território livre;
- 30/04/2025 - Assédio e adoecimento dos(as) trabalhadores(as) do setor bancário em Pernambuco;
- 03/05/2025 - O Aumento do feminicídio em Pernambuco: quais as respostas do Poder Público?;
- 19/05/2025 - Prevenção e Combate à Tortura em Pernambuco;
- 02/06/2025 - Dia Internacional das Prostitutas: Desafios e Perspectivas da Profissão;
- 07/08/2025 - Cumprimento e Aplicabilidade das Leis e Políticas Públicas em HIV/Aids: Prevenção, Assistência e Direitos;
- 27/08/2025 - Plebiscito Popular 2025: participação democrática, justiça social e o futuro do trabalho e da tributação no Brasil;
- 08/10/2025 - A construção participativa no novo Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador em Pernambuco;
- 30/10/2025 - Direito à Moradia e política de habitação em Pernambuco.

1.3 Inspeções e Visitas Técnicas - A Comissão realizou, ao longo de 2025, uma série de fiscalizações em órgãos públicos, equipamentos de memória, unidades prisionais, socioeducativas e territórios tradicionais, com foco na proteção de direitos humanos, preservação da memória e monitoramento de violações.

1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (25/03/25): Avaliação do andamento das medidas anunciadas pelo governo para conter danos estruturais e proteger o acervo histórico. Constatada permanência de riscos e necessidade de ações emergenciais mais efetivas.;

2. Memorial da Democracia de Pernambuco - Fernando de Vasconcellos Coelho (25/03/25): Inspeção que revelou continuidade da falta de orçamento, pessoal e estrutura adequada. O equipamento segue funcionando de forma precária, sem garantias institucionais para manutenção das políticas de memória.

3. Presídio Policial Penal Leonardo Largo - Complexo do Curado (10/04/25): **Assunto:** Visita para monitorar as pessoas privadas de liberdade, a fim de verificar as condições de fato e de direito a que se encontram submetidas, bem como as denúncias de tratamento desumanas, degradantes, ilegais e as violações de direitos humanos;

4. Centro de Internação Provisória - CENIP (I e II) - FUNASE (14/05/25): **Assunto:** Visita para monitorar os adolescentes em internação provisória, a fim de verificar as condições de fato e de direito a que se encontram submetidas, identificando os tratamento desumanos, degradantes, ilegais e as violações de direitos humanos;

5. Centro de Atendimento Socioeducativo Santa Luzia - FUNASE (14/05/25): **Assunto:** Visita para monitorar as adolescentes privadas de liberdade, a fim de verificar as condições de fato e de direito a que se encontram submetidas, identificando os tratamento desumanos, degradantes, ilegais e as violações de direitos humanos;

6. Centro de Atendimento Socioeducativo Muribeca - FUNASE (14/04/25): **Assunto:** Visita para monitorar os adolescentes privados de liberdade, a fim de verificar as condições de fato e de direito a que se encontram submetidos, identificando os tratamento desumanos, degradantes, ilegais e as violações de direitos humanos;

7. Presídio Policial Penal Leonardo Largo - Complexo do Curado (27/05/25): **Assunto:** Visita a Convite da Coordenação Nacional de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, a fim de verificar as condições a que as pessoas privadas de liberdade encontram-se submetidas, identificando os tratamentos desumanos, degradantes, ilegais e as violações de direitos humanos;

8. Portal de Maracaipe, Ipojuca/PE (28/05/25): **Assunto:** No dia 28 de maio de 2025, a Comissão de Direitos Humanos da Alepe participou de reunião na Prefeitura de Ipojuca, com lideranças comunitárias do Portal de Maracaipe, autoridades municipais e assessorias parlamentares. Foram discutidas questões como a abertura de uma servidão de acesso ao Portal e as condições de saúde das pescadoras;

9. Consulta Pública do ICMBio para Criação da Reserva Extrativista de Rio Formoso - Resex (06/05/2025): **Assunto:** Consulta pública realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no município de Tamandaré, com o objetivo de debater com a população local a criação da Reserva Extrativista de Rio Formoso. A iniciativa visa proteger os ecossistemas de manguezal e estuário da região, além de garantir os direitos das comunidades pesqueiras e o trabalho dos pescadores artesanais.

10. Visita técnica ao Portal de Maracaipe com a nova gestão municipal (03/06/2025): **Assunto:** Visita realizada com a finalidade de verificar as condições estruturais e organizacionais do espaço, identificando a instalação indevida de câmeras de vigilância, a urgência na abertura das servidões de acesso e a necessidade de um galpão destinado à cozinha coletiva e ao armazenamento dos materiais das barracas, constatando in loco as preocupações já apresentadas

14. Visita Técnica e escuta comunitária no Complexo do Prado, Tracunhaém/PE (26/11/2025): Assunto: Em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal, fizemos uma visita técnica aos assentamentos do Complexo Prado, em Tracunhaém, a fim de verificar os impactos das Linhas de Transmissão de Energia na produção de alimentos, na saúde e no modo de vida das famílias. Foi possível identificar perdas de áreas produtivas, restrições de uso do solo e relatos de mal-estar associados à instalação da LT 500 kV Campina Grande III - Pau Ferro. A agenda incluiu ainda uma escuta comunitária com assentados e assentadas da reforma agrária, com participação de órgãos estaduais, federais e organizações sociais.

1.4 Produção Técnica e Institucional:

1. Portfólio com síntese das principais ações da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa de Pernambuco (CCDHPP) no biênio 2023-2024. O material reúne dados sobre projetos de lei, audiências públicas, escutas populares, fiscalizações, além de destacar a atuação conjunta com outros órgãos e a produção de cartilhas educativas;

2. O Relatório intitulado *A situação das políticas de Memória, Verdade e Justiça em Pernambuco - Resultados da Fiscalização do Memorial da Democracia e do Arquivo Público de Pernambuco (2023-2025)*, foi lançado pela CCDHPP da Alepe em abril de 2025. O documento reúne análises e recomendações resultantes de três anos de fiscalizações, motivadas por denúncias sobre o risco de perda de acervos históricos e precariedade na gestão dos equipamentos públicos de memória;

3. A cartilha integra a Série *Educando para os Direitos Humanos*, premiada pela Associação Brasileira das Escolas Legislativas na categoria publicação. O 4º volume aborda o tema do Racismo Ambiental e da Justiça Climática, mostrando como as mudanças climáticas atingem de forma desigual a população negra, periférica, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. De maneira simples e acessível, o material explica conceitos fundamentais, destaca a importância da proteção dos biomas de Pernambuco e reforça que a defesa do meio ambiente está diretamente ligada à garantia de direitos.

4. O Guia da Consulta Livre, Prédia e Informada foi resultado de um processo coletivo e participativo. Após sua finalização, o material foi preparado em formato de folder para divulgação no Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em Petrolina/PE, onde foi distribuído no estande da CCDHPP. A iniciativa ganhou ainda mais relevância diante da escassez de protocolos de consulta em Pernambuco, mesmo com a grande diversidade de povos e comunidades tradicionais no estado.

2. DESTAQUES DO ANO DE 2025

2.1. Destaques do Primeiro Semestre:

I - Foram realizadas ações conjuntas com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e com o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), incluindo:

a. Participação no curso "Direitos Humanos e Prevenção à Tortura em Unidades Socioeducativas", promovido pelo GAJOP em articulação com o MNPCT;

b. Visitas de inspeção às unidades socioeducativas CASE Muribeca, CASE Santa Luzia, CENIP I e CENIP II, como especialista convidada;

c. Realização da Audiência Pública "Prevenção e Combate à Tortura em Pernambuco", marcada pelo lançamento do relatório da missão de inspeções do MNPCT (abril/2025), que expôs graves violações de direitos e condições degradantes no sistema socioeducativo e prisional, além de apresentar recomendações para enfrentamento das violações.

II. Construção do Plano Pena Justa em Pernambuco

a. A Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular desempenhou um papel central na elaboração do Plano Estadual Pena Justa, alinhado às diretrizes nacionais e voltado para transformar o sistema de justiça penal e prisional de Pernambuco. Entre os objetivos do plano estão a redução da superlotação carcerária, o combate ao racismo institucional, a melhoria das condições físicas e operacionais das unidades prisionais e a garantia dos direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade.

b. A atuação da Comissão reafirma seu compromisso institucional com a defesa dos direitos humanos e o enfrentamento a tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. Por meio da articulação com órgãos públicos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a CCDHPP contribui para políticas públicas mais justas, eficazes e voltadas à dignidade humana e à redução das desigualdades no sistema prisional pernambucano.

III. Lançamento do Relatório "A Situação das Políticas de Memória, Verdade e Justiça no Estado de Pernambuco"

a. Em 1º de abril de 2025, data que marca os 61 anos do golpe civil-militar no Brasil, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Alepe (CCDHPP), presidida pela Deputada Dani Portela, lançou o relatório "A Situação das Políticas de Memória, Verdade e Justiça em Pernambuco". O documento reúne os resultados de três anos de fiscalização do Memorial da Democracia e do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

b. O relatório foi elaborado após denúncias sobre o risco de danos permanentes ao acervo histórico do Arquivo Público e sobre o funcionamento precário do Memorial da Democracia, evidenciando fragilidades estruturais e a necessidade de fortalecer as políticas de preservação da memória e da verdade no estado.

2.2. Destaques do Segundo Semestre

I. Retomada das Conferências de Direitos Humanos

a. As Conferências de Direitos Humanos em Pernambuco foram organizadas pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, composto pelo poder público e pela sociedade civil, e estruturaram-se em etapas regionais, estadual e nacional. As etapas regionais da Conferência em Pernambuco tiveram como objetivo ampliar a participação popular e garantir a escuta das diferentes realidades do estado. A Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Alepe esteve diretamente envolvida na organização desses encontros, atuando no diálogo com as comunidades, bem como na facilitação e sistematização das propostas, com foco nas populações historicamente vulnerabilizadas. As etapas aconteceram nos municípios de Bezerros, Glória do Goitá, Palmares, Paulista e Salgueiro.

b. Na etapa estadual, realizada em Gravatá, nos dias 29 e 30 de outubro, as propostas construídas nas regiões foram consolidadas e debatidas coletivamente, definindo prioridades para a política estadual e nacional de direitos humanos e elegendo a delegação pernambucana para a Conferência Nacional. A Comissão teve papel central na organização dessa etapa.

c. A 13ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em Brasília nos dias 10, 11 e 12 de dezembro, marcou a retomada da participação popular após um longo período de retrocessos. Sob o governo Lula, foram reafirmados compromissos com a reconstrução das políticas de direitos humanos, a proteção de defensores e defensoras de direitos, o enfrentamento às discriminações e o fortalecimento das políticas de memória, justiça e democracia, reafirmando que defender direitos humanos é defender uma vida digna e a própria democracia.

II - Congresso Brasileiro de Agroecologia

a. O Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) é o maior encontro de agroecologia do país e acontece a cada dois anos, reunindo movimentos sociais, coletivos, instituições e comunidades tradicionais envolvidas na defesa da agroecologia. O Congresso é um espaço de diálogo e troca de saberes, articulando conhecimentos científicos e saberes ancestrais na construção de práticas e políticas públicas voltadas à proteção dos territórios e da vida.

b. Ao longo de quatro dias, o CBA promoveu painéis com trabalhos científicos, feiras da agricultura familiar e de artesanato, espaços de valorização da culinária tradicional, ciranda infantil, atendimentos de saúde, mostra de cinema agroecológico e atividades culturais.

c. Reconhecendo a centralidade dos direitos humanos na luta agroecológica, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Alepe participou do Congresso com um estande educativo, onde foram distribuídas cartilhas da série *Educando para os Direitos Humanos* e um material inédito sobre o Direito à Consulta Livre, Prédia e Informada.

d. Esse direito garante que povos indígenas e comunidades tradicionais sejam consultados sempre que ações ou empreendimentos possam impactar seus territórios e modos de vida, reafirmando o compromisso da Comissão com a defesa dos direitos humanos e dos territórios tradicionais.

Protocolo violeta

a. Iniciou-se um movimento de mobilização social após o caso de transfobia ocorrido no Guaiamum Gigante, no qual uma mulher cis foi impedida de usar o banheiro e levou um muro, após acreditarem equivocadamente que se tratava de uma mulher trans. O episódio gerou ampla repercussão e evidenciou a necessidade de ações imediatas de conscientização e enfrentamento à violência de gênero. Como resposta, foi criado o Protocolo Violeta, iniciativa do Ministério Público, em conjunto com a Seccional Pernambuco da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel); o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Pernambuco (SHRBS-PE); a Secretaria da Mulher do Recife (SEMUL); e a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Alepe (CCDHPP).

b. A ação teve como objetivo promover conscientização sobre a violência contra a mulher e fortalecer mecanismos de proteção e acolhimento. Diversos bares da cidade do Recife aderiram ao Protocolo Violeta e passaram a ofertar a bebida surpresa violeta, uma soda italiana sem álcool, vendida a preço simbólico. Cinquenta por cento do valor arrecadado com essa bebida será destinado ao Fundo Municipal da Secretaria da Mulher, contribuindo para o financiamento de políticas públicas de prevenção, enfrentamento e apoio às mulheres em situação de violência.

3. RESUMO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA CCDHPP DO ANO DE 2025

Atividades	Total
Projetos Recebidos para Análise	606
Projetos Aprovados	253
Projetos Retirados de Pauta	10
Projetos Rejeitados	0
Reuniões Ordinárias	13
Reuniões Extraordinárias	01
Audiências Públicas	09
Visitas Técnicas	14
Produção Técnica e Institucional	04

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

DEPUTADO MÁRIO RICARDO - PRESIDENTE
DEPUTADO CAYO ALBINO - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO ABIMAILO SANTOS
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO

SUPLENTES:
DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO EDSON VIEIRA
DEPUTADO FRANCÉ HACKER
DEPUTADO JEFERSON TIMÓTEO
DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA

6. Reuniões: 15

1.1 Reuniões Extraordinárias: 02

Instalação da Comissão e eleição para presidente e vice-presidente para o biênio 2025-2026;

1.2 Reuniões Ordinárias: 13

Distribuição e Discussão de Projetos

7. Audiências Públicas: 05

2.1 Tema: "Fiscalização dos transportes intermunicipais pela EPTI no estado de Pernambuco".

02/04/2025, no Auditório Énio Guerra - Anexo 01 da Alepe
O principal objetivo da audiência pública foi debater e reformar a fiscalização do transporte intermunicipal realizada pela EPTI em Pernambuco — especialmente no segmento de turismo. A intenção era abordar os problemas enfrentados por pequenos empresários e transportadores — como multas elevadas, fiscalizações arbitrárias, duplidade de exigências e buscar soluções legislativas e administrativas para tornar a fiscalização mais justa, educativa e condizente com a realidade do setor.

Demandas e Encaminhamentos:

- Criação de grupo de trabalho com a participação dos Deputados Abimael Santos, Cayo Albino e Romero Sales Filho para revisão da Lei Estadual nº 16.205/2017;
- Participação de representantes dos transportadores na formulação da nova legislação;
- Solicitação para que as fiscalizações durante o processo de revisão sejam de caráter educativo e não punitivo, conforme asseverado pelo Secretário Diogo Bezerra;
- Realização de estudo das medidas administrativas (decretos e portarias) para atenuar impactos enquanto a lei não for alterada;
- Solicitação para que a categoria organize uma comissão legítima para diálogo com a ALEPE;
- Compromisso da Assembleia em cobrar ações concretas do Executivo e reconhecer transportadores como contribuintes essenciais, especialmente pós-pandemia.

2.2 Tema: "Discussão de Projetos de Lei Ordinária com impactos sobre os setores de shoppings centers, supermercados, hipermercados e mercados" - Audiência Pública conjunta com a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

08/04/2025, no Auditório Senador Sérgio Guerra, na Alepe.
O principal objetivo da audiência pública realizada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco foi discutir os impactos de diversos projetos de lei sobre os setores de shoppings centers, supermercados, hipermercados e mercados. A reunião buscou ouvir as preocupações e sugestões dos representantes desses segmentos em relação às propostas legislativas em tramitação.

Demandas e Encaminhamentos:

- Os representantes dos setores afetados apresentarão minutas ou notas técnicas com o objetivo de aprimorar os projetos de lei em discussão, para que atendam às necessidades da população sem prejudicar o setor produtivo;
- Solicitação para que seja feita a diferenciação conforme o porte dos estabelecimentos comerciais, reconhecendo que pequenas, médias e grandes empresas possuem capacidades e recursos distintos para implementar as exigências propostas;
- Reavaliação de projetos com impacto significativo e realização de possíveis ajustes;
- Foi enfatizada a importância do diálogo contínuo entre o Legislativo e os representantes dos setores afetados para garantir que as legislações propostas sejam eficazes e viáveis para todos os envolvidos.

2.3 Tema: "Greve dos auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil e seus impactos socioeconômicos".

14/04/2025, no Auditório Senador Sérgio Guerra, na Alepe.

O principal objetivo da audiência foi expor os prejuízos decorrentes da paralisação e mobilizar parlamentares da bancada federal de Pernambuco para pressionar o governo federal pela resolução dos pleitos da categoria.

Demandas e Encaminhamentos:

- Foi solicitado que a Assembleia Legislativa de Pernambuco enviasse uma moção de apoio à categoria, endereçada ao presidente da República e aos ministros da Fazenda e da Gestão;
- Os participantes destacaram a necessidade urgente de retomar as negociações com o governo federal para resolver o impasse e evitar maiores prejuízos à economia e à sociedade.

2.4 Tema: "Aquisição e Distribuição de Medicamentos pela Farmácia do Estado para a População Neurodivergente" - Audiência Pública conjunta com a Comissão em Defesa da Pessoa com Deficiência e com a Comissão de Saúde e Assistência Social

11/06/2025, no Auditório Senador Sérgio Guerra, na Alepe.

O principal objetivo da audiência pública foi debater a aquisição e distribuição de medicamentos pela Farmácia do Estado destinados à população neurodivergente, diante de uma grave crise de desabastecimento que perdura desde julho de 2024. A finalidade central da audiência foi dar visibilidade a essa situação crítica para buscar soluções emergenciais e assegurar o direito à saúde para pessoas com necessidades específicas e garantir o acesso justo e contínuo aos medicamentos essenciais, não como favor, mas como um direito garantido constitucionalmente.

Demandas e Encaminhamentos:

- Cobrança de intervenções administrativas e governamentais;
- Adoção de soluções emergenciais para contornar o desabastecimento com a implantação de estratégias urgentes, como o programa de entrega domiciliar ("Remédio em Casa") para garantir o acesso das famílias afetadas;
- Fortalecimento da gestão estadual na logística de distribuição, devido à necessidade de aprimorar a capacidade operacional do Estado, realocando medicamentos junto às unidades regionais e evitando o deslocamento de pacientes a centros metropolitanos;
- Realização de reuniões e audiências complementares;
- Ampliação de diálogo com o Governo Estadual para monitorar e cobrar providências.

2.5 Tema: "Apresentação e debate do PLO nº 2927/2025, de autoria do Deputado Mário Ricardo, que Institui o Programa de Responsabilidade Empresarial, Desenvolvimento e Sustentabilidade, no âmbito do Estado de Pernambuco".

25/09/2025, no Auditório Énio Guerra - Anexo 01 da Alepe

A audiência pública teve como objetivo apresentar e debater o Programa de Responsabilidade Empresarial, Desenvolvimento e Sustentabilidade (REDS), voltado a alinhar crescimento econômico, responsabilidade social e sustentabilidade em Pernambuco. O debate destacou a importância da governança integrada entre poder público, setor produtivo e sociedade civil, especialmente diante dos impactos da reforma tributária e de grandes empreendimentos no Estado. Foram identificados desafios estruturais, como inclusão produtiva, qualificação profissional, mobilidade e preservação ambiental. As instituições participantes reafirmaram apoio à iniciativa e defendenderam políticas de longo prazo baseadas em evidências. Como resultado, foram encaminhadas ações de articulação, governança e construção coletiva para consolidar o programa como política de Estado.

Demandas e Encaminhamentos:

- **Desenvolvimento com responsabilidade social e ambiental**, reduzindo impactos negativos de grandes empreendimentos e alinhando ações ao território;
- **Governança integrada e participação social**, com articulação entre poder público, setor produtivo, entidades profissionais e comunidades;
- **Fortalecimento da mão de obra e inclusão produtiva**, com qualificação alinhada ao mercado e valorização das cadeias locais e pequenos negócios;
- **Cumprimento das contrapartidas e transparéncia**, envolvendo bancos públicos, empresas e órgãos de controle;
- **Infraestrutura e mobilidade regional**, incluindo apoio a obras estruturantes como o Arco Metropolitano e a Transnordestina;

- **Preparação para os impactos da reforma tributária**, considerando efeitos sobre municípios, empresas e cadeias produtivas;
- **Políticas estruturadas de longo prazo**, evitando ações assistencialistas contínuas sem planejamento;
- **Criação de um Conselho Gestor** com representação ampla, para validar, monitorar e orientar projetos alinhados ao REDS;
- **Formação de Grupos de Trabalho territoriais**, reunindo municípios e instituições para tratar de áreas estratégicas como Suape, Goiana e Norte Metropolitano;
- **Construção de um portfólio de projetos**, com critérios técnicos, indicadores, metas e conexão aos ODS;
- **Apoio técnico de entidades profissionais e instituições de ensino**, incluindo suporte jurídico, análise de dados e avaliação de impactos;
- **Integração entre governo, empresas e sociedade**, com foco em inclusão produtiva, qualificação profissional e cooperação com instituições financeiras;
- **Incorporação das contribuições apresentadas**, com compromisso institucional de continuidade e consolidação do REDS como política pública permanente.

3. Grupo de trabalho

Grupo de trabalho formado na Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo pelos Deputados Abimael Santos, Cayo Albino e Romero Sales Filho, com a missão de revisar a Lei Estadual nº 16.205/2017, que regulamenta o serviço de fretamento intermunicipal e institui a EPTI. O grupo conta com a participação de representantes da categoria na construção da nova proposta, fortalecendo o caráter participativo e democrático do processo legislativo.

4. Projetos destacados discutidos e aprovados pela Comissão em 2025:

4.1 Substitutivo nº 01/2024, de autoria da Comissão de Administração Pública ao Projeto de Lei Ordinária nº 414/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, objetivos e diretrizes para o desenvolvimento do setor produtivo gesso).

O projeto original tem o objetivo de promover o desenvolvimento da cadeia produtiva de gipsita, gesso e seus derivados, através de ações governamentais planejadas e integradas. Além de estabelecer objetivos e diretrizes para a promoção do desenvolvimento do polo gessoílo pernambucano;

4.2 Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 547/2023, de autoria do Deputado William Brígido e ao Projeto de Lei Ordinária nº 3275/2025, de autoria do Deputado Júnior Matuto (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária e de Promoção do Turismo Comunitário).

Os PLOs nº 547/2023 e nº 3275/2025 tratam da instituição de políticas estaduais de turismo comunitário em Pernambuco, visando fortalecer atividades turísticas geridas por comunidades locais;

4.3 Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública ao Projeto de Lei Ordinária nº 2208/2024, de autoria da Deputada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 18.214, de 3 de julho 2023, que institui a Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora, a fim de incluir medidas relacionadas com o estímulo ao empreendedorismo das mães atípicas). A proposta busca estimular o empreendedorismo e a formalização como MEI, considerando as dificuldades de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho tradicional. Prevê medidas de apoio à autonomia financeira, bem como incentivos à participação em feiras, eventos e redes de empreendedorismo, ampliando visibilidade, cooperação e oportunidades de negócios.;

4.4 Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2295/2024, de autoria da Deputada Débora Almeida (Ementa: Altera a Lei nº 13.376, de 20 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o processo de Produção Artesanal dos produtos lácteos produzidos ou beneficiados em Pernambuco).

A proposta visa estimular a inovação na produção queijaria, assegurando padrões de qualidade e segurança sanitária. Busca valorizar práticas regionais e saberes tradicionais, fortalecendo a identidade cultural e gastronômica do Estado. A formalização da atividade amplia o acesso a crédito, políticas públicas e mercados, contribuindo para a geração de emprego e renda, especialmente no Agreste e no Sertão.

4.5 Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2158/2024, de autoria do Deputado Mário Ricardo e ao Projeto de Lei Ordinária nº 2719/2024, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo aos Veículos Elétricos no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências).

Os Projetos de Lei Ordinária nº 2158/2024, de autoria do Deputado Mário Ricardo, e nº 2719/2025, do Deputado Wanderson Florêncio, tratavam separadamente da instalação de infraestrutura de recarga para veículos elétricos e da criação de uma política estadual de incentivo ao seu uso. O Substitutivo nº 01/2025 unificou as propostas em uma Política Estadual de Incentivo aos Veículos Elétricos, de caráter mais abrangente, que contempla tanto a promoção da infraestrutura de recarga quanto a concessão de incentivos fiscais, a redução de emissões poluentes e o estímulo ao desenvolvimento econômico sustentável no Estado;

4.6 Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2657/2025, de autoria do Deputado Júnior Matuto (Ementa: Institui a Política Estadual de Turismo Gastronômico, com o objetivo de valorizar e promover a gastronomia pernambucana como patrimônio cultural, impulsionando o turismo, a cultura e a economia do Estado de Pernambuco, e dá outras providências).

O principal objetivo do projeto original é valorizar e promover a gastronomia local como patrimônio cultural, estimulando o desenvolvimento turístico, cultural e econômico do estado;

4.7 Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2710/2025, de autoria do Deputado Mário Ricardo (Ementa: Institui a Política Estadual do Pequeno Empreendedor de Pernambuco, visando fortalecer, fomentar e apoiar o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, e dá outras providências).

O projeto é voltado ao fomento do empreendedorismo de base local, ao propor políticas de apoio, capacitação e crédito para pequenos empreendedores. A referida política terá como objetivo fomentar, fortalecer e apoiar o desenvolvimento sustentável e a competitividade dos pequenos negócios. Seu impacto pode ser estruturante para micro e pequenos negócios urbanos e rurais, ampliando a formalização e a sustentabilidade econômica de iniciativas autônomas;

4.8 Projeto de Lei Ordinária nº 2797/2025, de autoria do Deputado Cayo Albino (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo ao Cicloturismo e dá outras providências).

O Projeto de Lei tem por objetivo fomentar o turismo sustentável por meio da bicicleta em Pernambuco. A proposta visa promover o desenvolvimento econômico regional, valorizar o patrimônio ambiental, histórico e cultural e incentivar a integração entre municípios por meio de rotas ciclísticas. Prevê, ainda, ações de mapeamento, divulgação e manutenção das rotas, capacitação de agentes locais, campanhas educativas e implantação de pontos de apoio.

4.9 Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2927/2025, de autoria do Deputado Mário Ricardo (Ementa: Institui a Política Estadual de Responsabilidade Empresarial, Desenvolvimento Sustentável e Inovação Social e dá outras providências).

O projeto institui o Programa de Responsabilidade Empresarial, Desenvolvimento e Sustentabilidade, voltado à promoção de práticas empresariais éticas e sustentáveis. A medida estimula governança responsável, inovação, cooperação público-privada e fortalecimento da economia em bases sustentáveis.

4.10 Criação de Rotas Turísticas:

- Projeto de Lei Ordinária nº 2440/2024, de autoria do Deputado Mário Ricardo que Cria a Rota Turística do Litoral Norte de Pernambuco;
- Projeto de Lei Ordinária nº 2497/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, que cria a Rota Turística da Fé Frei Damiao;
- Projeto de Lei Ordinária nº 2686/2025, de autoria do Deputado Antônio Coelho, que cria a Rota das Cachoeiras;
- Projeto de Lei Ordinária nº 2687/2025, de autoria do Deputado Antônio Coelho, que cria a Rota do Café Pernambucano;
- Projeto de Lei Ordinária nº 2690/2025, de autoria do Deputado Fabrizio Ferraz, que cria a Rota Turística do Cangaceiro;
- Projeto de Lei Ordinária nº 2856/2025, de autoria do Deputado Mário Ricardo, que cria a Rota do Turismo Religioso da Arquidiocese de Olinda e Recife;
- Projeto de Lei Ordinária nº 2882/2025, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, que cria a Rota da Cavalgada e do Cavalo de Sela de Pernambuco.

A criação de rotas turísticas em Pernambuco contribui para a diversificação da oferta turística, valorizando patrimônios culturais, religiosos, históricos e naturais do Estado. Essas iniciativas fortalecem a interiorização do turismo, estimulam economias locais, promovem identidade regional e ampliam o fluxo turístico de forma organizada e sustentável. As rotas estruturam produtos turísticos integrados, favorecendo geração de emprego, renda e desenvolvimento territorial.

5. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CDET - 2025

Atividades	Total
Reuniões Ordinárias	13
Audiências Públicas	05
● Fiscalização da EPTI	
● Discussão de Projetos de Lei Ordinária com impactos sobre os setores de shoppings centers, supermercados, hipermercados e mercados	
● Greve dos auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil e seus impactos socioeconômicos	
● Aquisição e Distribuição de Medicamentos pela Farmácia do Estado para a População Neurodivergente	
● Apresentação e debate do PLO nº 2927/2025, que Institui o Programa de Responsabilidade Empresarial, Desenvolvimento e Sustentabilidade	
Grupo de Trabalho	01

Revisão da Lei Estadual nº 16.205/2017 - EPTI	
Projetos Recebidos e distribuídos para Análise	213
Proposições Aprovadas	138
● Projeto de Lei Ordinária	23
● Substitutivos	106
● Emendas	09
Proposições Retiradas de Pauta	08

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

DEPUTADO JARBAS FILHO - PRESIDENTE
DEPUTADO DORIEL BARROS - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO RODRIGO FARIAS
DEPUTADO MÁRIO RICARDO
DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO

SUPLENTES:
DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA
DEPUTADO EDSON VIEIRA
DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA
DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO

1. Reuniões Ordinárias e Extraordinárias: 05

1.1 Reuniões Extraordinárias: 02

1.1.1 Reunião Extraordinária dia 17 de fevereiro de 2025 - Reunião Extraordinária de instalação da Comissão de Assuntos internacionais, convocada pelo Deputado Rodrigo Farias e presidida pelo deputado Jarbas Filho, com a presença dos deputados Doriel Barros e Wanderson Florêncio;

1.1.2 Reunião Extraordinária dia 18 de fevereiro de 2025 - Reunião para eleição de Presidente e vice-presidente da comissão e para eleição da comissão de avaliação responsável pela escolha do(s) país(es) vencedor(es) do Prêmio País Amigo de Pernambuco. Eleitos como presidente e vice-presidente os deputados Jarbas filho e Doriel Barros, respectivamente. A Comissão de Avaliação de escolha do prêmio País amigo de Pernambuco que resultou eleita é composta dos Deputados Jarbas Filho, Doriel Barros e Wanderson Florêncio.

1.2 Reuniões Ordinárias (RO): 03

2.2.1 REUNIÃO ORDINÁRIA realizada dia 09 de abril de 2025 - Distribuição e discussão de projetos e Substitutivos:

Distribuição - Foram distribuídos para relatoria os seguintes projetos:

Projeto de Lei Ordinária nº 2095/2024 que institui o Programa de Desenvolvimento do Setor Automotivo do Estado de Pernambuco com a finalidade de garantir a melhor execução do incentivo fiscal, de autoria do Deputado João Paulo Costa.

Relator: Deputado Wanderson Florêncio

Projeto de Resolução nº 2606/2025 que concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à Confederação Suíça, de autoria do Deputado Nino de Enoque.

Relator: Deputado Jarbas Filho

Projeto de Resolução nº 2738/2025 que concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à República de Cabo Verde, de autoria do Deputado Doriel Barros.

Relator: Deputado Wanderson Florêncio

Distribuição do Projeto de Resolução nº 2739/2025 que concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à França, de autoria do Deputado João Paulo.

Relator: Deputado Doriel Barros

Extrapauta:

Distribuição do Projeto de Lei Ordinária nº 2768/2025, que altera a lei nº 14.152 de 07 de dezembro de 2011, que cria o projeto Ganhe o Mundo que visa ofertar programas de intercâmbio internacional aos alunos do Ensino Médio da Rede Pública estadual, define critérios para a seleção dos estudantes, dos programas e cria a bolsa-intercâmbio, a fim de indicar prazo máximo para realização da viagem de intercâmbio, de autoria do Deputado Álvaro Porto.

Relator: Deputado Wanderson Florêncio

Discussão: Foram discutidos os seguintes projetos:

Discussão do Substitutivo nº 01/2024, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária N° 1553/2024, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo.

Relator: Deputado Doriel Barros

Resultado: Aprovado

Discussão do Substitutivo nº 01/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Ordinária nº 846/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, e nº 1437/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel.

Relator: Deputado Wanderson Florêncio

Resultado: Aprovado

2.2.2 REUNIÃO ORDINÁRIA realizada dia 13 de agosto de 2025 - Anúncio vencedores da edição de 2025 dos dois países vencedores do Prêmio País Amigo de Pernambuco: Suíça e Cabo Verde e discussão dos projetos do referido Prêmio.

Discussão dos seguintes Projetos de Resolução:

Projeto de Resolução nº 2606/2025, de autoria do Deputado Nino de Enoque (Ementa: Concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à Confederação Suíça).

Relator: Deputado Jarbas Filho

Resultado: APROVADO POR UNANIMIDADE

Projeto de Resolução nº 2738/2025, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à República de Cabo Verde).

Relator: Redistribuído para o Deputado Cel. Alberto Feitosa

Resultado: APROVADO POR UNANIMIDADE

Projeto de Resolução nº 2739/2025, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à França).

Relator: ARQUIVADO

2.2.3 REUNIÃO ORDINÁRIA realizada dia 15 de outubro de 2025 - Reunião Ordinária para distribuição de projetos

Distribuição - Foram distribuídos para relatoria os seguintes projetos:

Projeto de Lei Ordinária nº 3156/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 18.622, de 4 de julho de 2024, que dispõe sobre a Política Estadual de Combate à Pedofilia no Estado de Pernambuco, estabelece princípios, objetivos, diretrizes, instrumentos e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, a fim prever a criação do Sistema Estadual de Prevenção ao Crime de Pedofilia Cibernética - SIEPE);

Relator: Deputado Wanderson Florêncio

Projeto de Lei Ordinária nº 3166/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim (Ementa: Proíbe que a administração pública celebre contratos e licitações com empresas envolvidas em graves violações de direitos humanos

Projeto de Lei Ordinária nº 3253/2025, de autoria do Deputado Junior Matuto (Ementa: Estabelece diretrizes para a sustentabilidade energética nas Zonas de Processamento de Exportação (ZPE's) no Estado de Pernambuco e dá outras providências);
Relatoria: Deputado Wanderson Florêncio

Projeto de Lei Ordinária nº 3347/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui o Programa Estadual de Cooperação Jurídica para o Combate e Enfrentamento ao Tráfico Internacional de Pessoas, em Pernambuco);
Relatoria: Deputado Coronel Alberto Feitosa

Projeto de Lei Ordinária nº 3357/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui Mecanismos de Cooperação, Proteção e Defesa dos Biomas e Ecossistemas do Estado de Pernambuco);
Relatoria: Deputado Coronel Alberto Feitosa

Projeto de Lei Ordinária nº 3373/2025, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Estabelece Diretrizes para a Cooperação Interestadual na Proteção dos Recursos Hídricos entre as Unidades da Federação que fazem divisa com o Estado de Pernambuco);
Relatoria: Deputado Coronel Alberto Feitosa

3. Viagem International a Mendonza, na Argentina, dos deputados Jarbas Filho e Doriel Barros, no período de 28 de março a 01 de abril, com o objetivo de participar da Missão Mendonza, com o intuito de dar prosseguimento as ações da Frente Parlamentar em Defesa da Vitivinicultura e do Enoturismo do Estado de Pernambuco, coordenada pelo Dep. Jarbas Filho, presidente da CAI;

4. Visitas consulares efetuadas e recebidas: 07
Visitas realizadas a consulados em Recife e recebidas na Presidência da Alepe;

5. Participação e convites recebidos em eventos consulares: 20
Eventos relativos a comemoração de datas nacionais e presença de autoridades de diversos países em Recife;

6. Requerimento de votos de congratulações por datas nacionais, posses e eventos de países com consulado em Recife: 23;

7. Requerimento para realização de reuniões solenes: 03;

8. Requerimento de criação da Frente Parlamentar Pernambuco-Argentina: 01

9. Destaques Da Ação Da Comissão De Assuntos Internacionais:

A coordenação, o processo de seleção e a entrega do **Prêmio País Amigo de Pernambuco** constituíram ação de destaque no período relatado. Na edição deste ano, a honraria foi concedida à **Confederação Helvética (Suíça)**, apresentada pelo terceiro ano consecutivo, e à **República de Cabo Verde**, que, de forma inédita, tornou-se o primeiro país africano a receber este importante reconhecimento, evidenciando o fortalecimento das relações internacionais do Estado com diferentes regiões do mundo. No âmbito das atividades de relações diplomáticas, foram desenvolvidas ações contínuas de articulação entre o **corpo consular sediado em Recife, embaixadores acreditados no Brasil e a Assembleia Legislativa de Pernambuco**, por meio da promoção e recepção de visitas institucionais, da participação e divulgação de eventos consulares, da proposição de **requerimentos de congratulações alusivos às datas nacionais de diversos países**, bem como da intermediação de encontros e parcerias estratégicas voltadas ao fortalecimento das relações internacionais e à promoção de iniciativas de interesse do Estado de Pernambuco.

10. Quadro de Atividades Legislativas e Consulares da CAI em 2025

Atividades Legislativas	Total
Reuniões Extraordinárias	02
Reunião Ordinária	01
Participação e apoio a Frente Parlamentar (Frente Parlamentar em Defesa da Vitivinicultura e do Enoturismo do Estado de Pernambuco,)	01
Total de Projetos em Análise Ordem do Poder Legislativo	09
• De 2023 e 2024	05
• De 2025	04
• Projetos de Lei Ordinária	06
• Projetos de Resolução	03
Total de Projetos Distribuídos	09
Total proposições Aprovadas	03
Substitutivos que se referem a 03 PLOs	02
Projeto de Lei Ordinária	03
Total de Proposições Aguardando CCLJ	02
Projetos aguardando escolha do Prêmio PAPE 2025	03
Projeto retirado da CAI	01
Atividades consulares	
Requerimentos Datas Internacionais e Solenes	12
Visitas Consulares realizadas e/ou recebidas	04
Eventos apoiados e divulgados	10
Visitas Técnicas Internacionais (Argentina)	01

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO - PRESIDENTE
DEPUTADA DANI PORTELA - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:

DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
DEPUTADA ROSA AMORIM
DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL

SUPLENTES:

DEPUTADO GILMAR JÚNIOR
DEPUTADO JOEL DA HARPA
DEPUTADA ROBERTA ARRAES
DEPUTADA SIMONE SANTANA
DEPUTADO WALDEMAR BORGES

DESTAQUES DO SEMESTRE

- Reuniões Extraordinárias: 02
- Reuniões Ordinárias: 06
- Audiência Pública: 02
- Prêmio Prefeitura Amiga das Mulheres: 01

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

- 17/02/2025: Reunião de Instalação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para o biênio 2025-2026
- 18/02/2025: Reunião de Eleição da Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2025-2026

REUNIÕES ORDINÁRIAS

- 25/03/2025: 1ª Reunião Ordinária com 15 projetos distribuídos e 16 projetos discutidos
- 10/06/2025: 2ª Reunião Ordinária com 21 projetos distribuídos e 11 projetos discutidos
- 27/08/2025: 3ª Reunião Ordinária com 50 projetos distribuídos e 18 projetos discutidos
- 14/10/2025: 4ª Reunião Ordinária com 25 projetos distribuídos e 11 projetos discutidos
- 18/11/2025: 5ª Reunião Ordinária com 08 projetos distribuídos e 12 projetos discutidos
- 16/12/2025: 6ª Reunião Ordinária com 07 projetos distribuídos e 07 projetos discutidos

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Expedientes da CDDM	Quantitativo
Reunião Ordinária	06
Reunião Diversa (Comissão Avaliadora do PAM)	01
Reunião Extraordinária	02
Audiência Pública	02
Sessão Solene	01
Análises de Proposições	Quantitativo
Projetos Recebidos para Análise	134
Projetos Distribuídos	134
Projetos Discutidos e aprovados	82
Projetos aguardando CCLJ	52
Projetos aguardando CDDM	0
Retirados de Pauta	01

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

DEPUTADO JOEL DA HARPA - PRESIDENTE
DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO ANTONIO MORAES
DEPUTADO FABRIZIO FERRAZ
DEPUTADO JUNIOR MATUTO

SUPLENTES:
DEPUTADO ADALTO SANTOS
DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA
DEPUTADO JOÃO PAULO
DEPUTADO MÁRIO RICARDO
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO

1. REUNIÕES

No ano de 2025, a Comissão de Segurança Pública e Defesa Social realizou 2 reuniões extraordinárias, 6 reuniões ordinárias, 5 audiências públicas, 1 escuta e 1 seminário.

Reuniões	Total
Reunião de Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente	2
Reuniões Ordinárias	6
Audiências Públicas	5
Escuta	1
Seminário	1

2. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Durante o ano de 2025, a Comissão de Segurança Pública e Defesa Social recebeu 195 proposições legislativas, todas devidamente distribuídas. Além disso, foram discutidas 71 proposições, conforme os quadros detalhados abaixo:

PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS	Total
Propostas de Emenda à Constituição	2
Projetos de Lei Complementar	1
Projetos de Lei Ordinária	192
Projetos de Resolução	0
Projetos de Decreto Legislativo	0
Emendas	0
Subemendas	0

PROPOSIÇÃO DISCUTIDAS	Total
Propostas de Emenda à Constituição	1
Projetos de Lei Complementar	0
Projetos de Lei Ordinária	14
Projetos de Resolução	0
Projetos de Decreto Legislativo	0
Emendas	4
Subemendas	0
Substitutivos	52

2.1 Proposições de destaque

O Regimento Interno da Alepe (Resolução nº 1.891/2023) dispõe em seu Art. 114 sobre as competências reservadas à Comissão de Segurança Pública e Defesa Social. Cabe ao colegiado, dentre outras atribuições, discutir matérias relacionadas à prevenção da violência e da criminalidade; ao combate ao crime organizado; à integração da comunidade com o sistema de segurança pública e a destinação de recursos para a segurança. Cumprindo suas atribuições regimentais, a CSPDS realizou a análise do mérito das proposições distribuídas ao colegiado com a finalidade de ampliar a proteção à população e também fortalecer as já existentes instituições policiais. Entre as proposições aprovadas no ano de 2025, destacam-se:

- Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1319/2023, de autoria do Deputado Willibrido; Projeto de Lei Ordinária nº 2508/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 2510/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 2514/2025, de autoria do Deputado Joel da Harpa e Projeto de Lei Ordinária nº 2539/2025, de autoria Deputado Kajo Maniçoba (Ementa: Dispõe sobre medidas de segurança e de combate à violência em eventos esportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco.);

O projeto tem como principal objetivo reforçar a segurança nos eventos esportivos de grande porte, a fim de coibir os recorrentes episódios de violência que envolvem as torcidas organizadas no Estado. O substitutivo proposto inclui medidas de prevenção como a instalação de câmeras nos estádios e arredores, monitoramento das torcidas, uso de biometria facial e cadastro de torcedores e torcidas. Prevê ainda a integração tecnológica com bancos de dados policiais para prevenir confrontos e garantir maior proteção à sociedade.

- Projeto de Lei Ordinária nº 3007/2025, de autoria da Governadora do Estado (Ementa: Extingue e cria Organizações Militares Estaduais - OME, na Polícia Militar do Estado de Pernambuco e altera as legislações que indica.);

O projeto fortalece a estrutura organizacional da PMPE e amplia a eficiência operacional nas áreas de meio ambiente, turismo e segurança pública, bem como reforça a valorização dos profissionais por meio de atualização das gratificações e redefinição do efetivo.

- Projeto de Lei Complementar nº 2831/2025, de autoria da Governadora do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 9.807, de 24 de janeiro de 1986, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial civil, e a Lei nº 13.487, de 1º de julho de 2008, que cria as gratificações que indica, no âmbito da Secretaria de Defesa Social.);

O projeto garante o direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade aos servidores ocupantes de cargos efetivos de natureza policial civil, bem como aos policiais penais, desde que tenham ingressado na carreira até 31 de março de 2020.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de proibir a penalidade de cassação de aposentadoria aos servidores públicos civis e aos militares do Estado de Pernambuco.);

A PEC proíbe a cassação da aposentadoria dos servidores públicos civis e militares de Pernambuco, reforçando a compreensão de que a aposentadoria constitui direito adquirido, resultado das contribuições realizadas ao longo da carreira, e sua supressão comprometeria a dignidade do servidor e o sustento de sua família.

- Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1790/2024, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Cria o Relatório de Vitimização de Agentes de Segurança Pública do Estado de Pernambuco.);

O projeto versa sobre a criação de relatório que representará um mecanismo oficial de monitoramento dos casos de vitimização dos profissionais da segurança pública, sendo ainda responsável por identificar padrões e causas de eventos lesivos sofridos por policiais e agentes, além de propor medidas de prevenção.

- Projeto de Lei Ordinária nº 1915/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Institui a Política de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

O projeto garante a criação de um banco de dados sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes com o objetivo de diminuir os índices registrados, além de prever campanhas e ações que auxiliem o público infanto-juvenil e a sociedade a reconhecer os abusos. Os suportes terapêutico e jurídico às vítimas de violência também foram elencados no projeto.

- Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 823/2023, de autoria do Deputado Eriberto Filho (Ementa: Altera a Lei nº 15.232, de 27 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre normas de prevenção e proteção contra incêndio, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Everaldo Cabral, a fim de dispor sobre Brigadas de Incêndio e Primeiros Socorros nas escolas do Estado de Pernambuco.);

O objetivo do projeto de lei é reduzir incidentes fatais ou de grande impacto nas escolas por meio de Brigadas de Incêndio que, além de proteger alunos e funcionários, podem transformar a comunidade escolar em um espaço mais preparado para situações de crise, o que impacta positivamente na segurança da sociedade.

O projeto visa assegurar a produção sistemática de dados atualizados e confiáveis sobre agressões físicas, psicológicas, sexuais e feminicídios como estratégia essencial para o planejamento de ações integradas de prevenção, repressão e assistência às vítimas. A criação do relatório contribui para o fortalecimento da inteligência policial e da gestão de segurança pública baseada em evidências.

- Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3767/2022, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa** (Ementa: Altera a Lei nº 14.133, de 30 de agosto de 2010, que dispõe sobre a regulamentação para realização de shows e eventos artísticos acima de 1.000 expectadores no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Alberto Feitosa, a fim de determinar a presença de bombeiros civis nos eventos de grande porte realizados no Estado de Pernambuco.):

O projeto estabelece que o local onde será realizado o evento deve possuir equipe mínima de bombeiros civis em 0,5% da previsão de público para o evento, além de manter os equipamentos de segurança e executar o plano de fuga do local em caso de incêndio, proporcionando maior segurança aos cidadãos que frequentam shows e eventos de grande magnitude no Estado.

- Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 74/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho** (Ementa: Institui o Cadastro Estadual de Pessoas Condenadas por Crimes contra a Dignidade Sexual, no âmbito do Estado de Pernambuco.):

O cadastro criado no supracitado projeto visa coletar, armazenar e organizar informações de pessoas condenadas, com trânsito em julgado, por crimes contra a dignidade sexual. O cadastro fortalece as ações de prevenção e repressão dos crimes contra a dignidade sexual, contribuindo para a segurança da sociedade pernambucana, e facilitando as investigações policiais.

3. PARECERES

PARECERES	Total
Pela aprovação	71
Pela rejeição	0
Retirados de pauta	2
Pedidos de vistas	0

4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, ESCUTAS E SEMINÁRIOS

Ao longo do ano de 2025 foram realizadas **5 audiências públicas, 1 escuta e 1 seminário**, com a finalidade de aproximar a sociedade civil do parlamento, proporcionando um espaço de discussões acerca da segurança pública no Estado. Os eventos estão dispostos abaixo em ordem cronológica:

● ESCUTA

Tema: Paridade da aposentadoria dos policiais civis, após Manifestação Jurídica nº 56379972.2024, da Diretoria de Apoio Jurídico-Previdenciário da Funape.
Data: 9 de abril de 2025
Local: Auditório Senador Sérgio Guerra (Alepe)
Solicitante: Deputado Joel da Harpa

A referida escuta contou com a presença dos representantes do Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sipol), da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adepp), do procurador-chefe adjunto de Apoio Jurídico e Legislativo ao Governo, Marcelo Casseb, e deputados estaduais, para esclarecimentos acerca da paridade da aposentadoria dos policiais civis. Como encaminhamento, o presidente da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social anunciou a apresentação da PEC 26/2025 com o objetivo de garantir a paridade da aposentadoria dos policiais civis. Em seguida, o Governo do Estado se comprometeu a atender o pleito da categoria e encaminhar ao Legislativo projeto de lei complementar sobre o tema, que resultou na Lei Complementar nº 558/2025.

● AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tema: Sistema Prisional de Pernambuco: desafios e soluções.
Data: 20 de maio de 2025
Local: Auditório Senador Sérgio Guerra (Alepe)
Solicitante: Deputado Joel da Harpa

A audiência pública reuniu deputados estaduais, representantes do Sindicato dos Policiais Penais de Pernambuco, Ministério Público de Pernambuco e Secretaria de Administração para debater a superlotação do sistema prisional do Estado, bem como o déficit de policiais penais e unidades prisionais, além de denúncias quanto à existência de "chaveiros" e cantinas nos presídios. Como encaminhamento da audiência, foi anunciado pelo presidente da Comissão a apresentação de projeto de lei que determina a extinção de cantinas e da atividade de chaveiros nas unidades prisionais do Estado (Projeto de Lei Ordinária nº 3038/2025).

● AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA (CCLJ)

Tema: Discussão dos Projetos de Lei nº 1319/23, 2508/25, 2510/25, 2514/25 e 2539/25, que dispõem sobre medidas de segurança de combate à violência em eventos esportivos no âmbito do Estado de Pernambuco.
Data: 27 de maio de 2025
Local: Auditório Senador Sérgio Guerra (Alepe)
Solicitantes: Deputado Coronel Alberto Feitosa e Deputado Joel da Harpa

A audiência pública contou com a presença de representantes do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Federação Pernambucana de Futebol (FPF), Secretaria de Defesa Social (SDS), clubes de futebol e torcidas organizadas com a finalidade de debater projetos de lei em tramitação na Alepe acerca da violência nos eventos esportivos do Estado. A proposta da audiência é elaborar um substitutivo aos projetos de lei unificando as normas para garantir a segurança da população nos estádios com medidas como o cadastro de torcedores e a punição individual daqueles que promoverem atos criminosos.

● AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tema: Implementação da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares; descontos de aposentadoria dos militares inativos e regras de aposentadoria de policiais militares femininas.
Data: 30 de junho de 2025
Local: Auditório Senador Sérgio Guerra (Alepe)
Solicitante: Deputado Joel da Harpa

A audiência pública reuniu deputados federais, representantes de categorias de policiais militares, bombeiros e policiais civis, além de representante da OAB/PE, para discutir a aplicação e regulamentação da Lei Orgânica das Polícias e Bombeiros Militares no âmbito do Estado de Pernambuco, descontos de aposentadoria dos militares inativos e regras de aposentadoria de policiais militares femininas. Como encaminhamento da reunião, o presidente Deputado Joel da Harpa informou que será enviado ao Governo do Estado documento com as seguintes solicitações:

- Regulamentação da Lei Orgânica das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares;
- Edição de norma legislativa que volte a restringir o pagamento da contribuição previdenciária dos policiais militares inativos apenas sobre o excedente do teto do Regime Geral de Previdência Social;
- Edição de norma que reduza o tempo de serviço atual de 35 anos para a aposentadoria das policiais militares femininas.

● AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tema: Implementação da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis e o Programa de Jornada Extra de Segurança (PJES).
Data: 12 de agosto de 2025
Local: Auditório Senador Sérgio Guerra (Alepe)
Solicitante: Deputado Joel da Harpa

A audiência pública reuniu deputados estaduais, representantes de categorias de policiais civis e o representante da chefia da Polícia Civil de Pernambuco para discutir a aplicação e regulamentação da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis (Lei nº14.735/2023) no âmbito de Pernambuco. Na ocasião foram discutidas as demandas da categoria em relação à padronização da estrutura organizacional da Polícia Civil, a revisão e atualização dos cargos e carreiras, e a regulamentação das garantias e direitos já previstos na legislação federal.

Após ouvir as demandas das diversas categorias presentes (agentes, escrivães, peritos e delegados), o representante da Polícia Civil de Pernambuco informou que o Poder Executivo estaria realizando os ajustes finais para encaminhar à Assembleia Legislativa o projeto de lei que prevê as adequações da Lei Orgânica. O presidente, deputado Joel da Harpa, se colocou à disposição do Governo para conduzir as discussões sobre o projeto no âmbito legislativo.

● AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tema: Insegurança enfrentada por motociclistas de aplicativo e entregadores de bicicleta em Pernambuco.
Data: 9 de setembro de 2025
Local: Plenarinho 3
Solicitante: Deputado Joel da Harpa

A audiência pública foi realizada para atender o pleito de representantes dos motociclistas de aplicativo e dos entregadores de bicicleta, que denunciaram a esta Comissão de Segurança Pública e Defesa Social o aumento significativo dos casos de roubos e assaltos que vêm atingindo de forma reiterada esses profissionais. Tal cenário tem comprometido a execução regular de suas atividades, além de expor diariamente os trabalhadores a situações de risco e vulnerabilidade.

Representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil de Pernambuco ouviram as demandas das categorias e se disponibilizaram a buscar soluções dentro de suas competências, por meio de reforço de efetivo e planejamento de ações e operações, para reduzir os índices de criminalidade que vêm atingindo diretamente o exercício da profissão.

Como instância de diálogo e deliberação, a Comissão de Segurança Pública e Defesa Social da Alepe registrou nesta audiência tanto os relatos e demandas dos profissionais quanto as manifestações do Governo do Estado, no sentido de avaliar e propor medidas capazes de enfrentar o atual quadro de insegurança que compromete a dignidade, a integridade e a estabilidade econômica desses

trabalhadores. O presidente sugeriu o reforço do policiamento nos locais já indicados pela categoria, enquanto os representantes das instituições de segurança aprofundam o debate para solucionar as demandas apresentadas.

● SEMINÁRIO

Tema: 2º Encontro Pernambucano de Guardas Municipais
Data: 19 de novembro de 2025
Local: Auditório Senador Sérgio Guerra (Alepe)
Solicitante: Deputado Joel da Harpa

O seminário realizado com apoio deste colegiado discutiu a importância do fortalecimento das guardas municipais para as políticas de segurança pública do Estado e recebeu a presença de deputados estaduais e federais, além de gestores públicos e autoridades especialistas na temática.

Durante o evento, foram debatidos temas como "A Política Estadual na Promoção da Segurança Pública nos Municípios", "O Fortalecimento das Guardas Municipais no Sistema de Segurança Pública", e "O Porte de Arma para o Guarda Municipal".

Como encaminhamento do evento, o presidente, deputado Joel da Harpa, informou que avaliará dentro das competências parlamentares a pertinência de apresentar projeto de lei que vise a valorização e fortalecimento das guardas municipais como eixo essencial para a segurança pública do Estado.

5. QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA CSPDS - 2025

Atividades	Total
Proposições Recebidas	195
Proposições Distribuídas	195
Proposições Discutidas	71
Reuniões Ordinárias	6
Reuniões Extraordinárias	2
Audiências Públicas	5
Escutas	1
Seminários	1

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA - PRESIDENTE
DEPUTADO RODRIGO FARIA - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO PASTOR JÚNIOR TÉRCIO
DEPUTADO RENATO ANTUNES
DEPUTADO WILLIAM BRIGIDO

SUPLENTES:
DEPUTADO GILMAR JÚNIOR
DEPUTADO JOEL DA HARPA
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO
DEPUTADO SILENO GUEDES
DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO

REUNIÕES: 06

Atividades	Total
Reuniões Instalação e Eleição	02
Reuniões Ordinárias e Extraordinárias	06
Total de Projetos Recebidos para Análise	138
• Projeto de origem do Poder Legislativo	138
• Total de Projetos Distribuídos	138
• Total de Proposições Aprovadas	25

CONCLUSÃO

Em 2025, a Comissão de Defesa do Consumidor manteve uma atuação contínua e responsável, dedicada à apreciação de matérias relevantes para o equilíbrio das relações de consumo. As reuniões realizadas possibilitaram debates qualificados e decisões alinhadas ao interesse público. O trabalho desenvolvido reafirma o papel do Parlamento na promoção de direitos, no fortalecimento da cidadania e na busca por relações mais justas entre consumidores e fornecedores.

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

DEPUTADO DIOGO MORAES - PRESIDENTE
DEPUTADO GILMAR JÚNIOR - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:
DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO
DEPUTADO RODRIGO FARIA

SUPLENTES:
DEPUTADO ANTONIO MORAES
DEPUTADO CAYO ALBINO
DEPUTADO JOÃO DE NADEGI
DEPUTADO LUCIANO DUQUE
DEPUTADO WALDEMAR BORGES

atividades	total
Projetos de Leis Ordinárias	431
Projetos de Leis Ordinárias Desarquivados	11
Projetos de Leis Complementares	27
Projetos de Resolução	19
PECs	4
TOTAL	492



ALEPE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

SIGA A ALEPE NAS REDES SOCIAIS

assembleiaipe

www.alepe.pe.gov.br

10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR